

BLACK  
LIVES  
MATTER

POR UM MUNDO MELHOR, VAMOS

**AGIR**

PELOS DIREITOS HUMANOS

# AS VITÓRIAS QUE ALCANÇAMOS JUNTOS

## COMUNIDADES CIGANAS

O direito humano à educação

## DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

Um caminho que há tanto devia ter sido feito.

## MARATONA DE CARTAS

Vem aí o maior evento de direitos humanos

## NESTA EDIÇÃO:



17

7 perguntas a...  
**Angella Graça do INMUNE**



34

Outros Olhares: O custo humano das megacidades



20

Os casos para ação na Maratona de Cartas



40

Entrevista ao diretor da ONG angolana Omunga



48

Responsabilização das empresas no impacte da suas atividades

**Imagem da capa:** Manifestação silenciosa contra o racismo e a violência policial, na Polónia a 6 junho de 2020.

© Amnesty International / Jarek Godlewski



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

## FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** Amnistia Internacional Portugal

**Diretor:** Pedro A. Neto

**Equipa Editorial:**

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Paginação e gráfismo - Paulo Tavares

**Colaboram neste número:** Ana Farias Fonseca, Ana Patrícia Cardoso, Ângela Ferreira, Augusto Freitas de Sousa, Francisco Colaço Pedro, José Alexandre Silva, Margarida David Cardoso, Margarida Oliveira, Maria do Céu Pires, e Pedro A. Neto.

**Revisão:** José Alexandre Silva

**Impressão:** Gráfica Central de Almeirim, Lda.

**AMNISTIA  
INTERNACIONAL**



## CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



[www.amnistia.pt](http://www.amnistia.pt)



[facebook.com/amnistiapt](https://facebook.com/amnistiapt)



[twitter.com/AmnistiaPT](https://twitter.com/AmnistiaPT)



[instagram.com/amnistiapt](https://instagram.com/amnistiapt)

# EDITORIAL

**PAULO FONTES**

Diretor de Comunicação e Campanhas

## *Vitória a vitória, por um mundo melhor.*

O mundo tornou-se mais imediato. As notícias, novidades e informações disseminam-se no decorrer de instantes e tudo parece ter ficado mais acessível. Esta facilidade e imediatismo no acesso transformou também o nosso pensamento coletivo, e vários autores defendem que cada vez mais queremos mudanças que aconteçam de forma rápida e linear. Nesta sociedade em que temos todas as ferramentas prontas para mobilizar milhares de pessoas, temos cada vez mais a sensação de que será fácil fazer essa mudança acontecer. E quando não acontece, a frustração é também cada vez mais sentida.

Mas as vitórias em direitos humanos e a construção de um mundo melhor e mais justo são tantas vezes demoradas e trabalhosas, não seguem os ritmos das redes sociais nem do frenesi que nos impusemos e a que nos habituámos.

Precisamos por isso de dar as mãos tanto à perseverança e à resiliência como à esperança, acolher as histórias de quem sofreu atrocidades e se viu privado dos seus direitos humanos e, em paralelo, encontrar força em todas as histórias de sucesso, de vitórias, de mudança rumo a um mundo melhor.

É por isso que não podemos deixar de mostrar como a discriminação e o racismo são ainda uma realidade quotidiana para tantas pessoas em Portugal e em tantos outros locais do mundo. É por isso que precisamos de dar a conhecer a história de tantas pessoas que vivem ainda em situação

de pobreza e extrema vulnerabilidade, vendo negado o seu direito a uma habitação condigna e outros direitos económicos sociais e culturais. É também por isso que não esquecemos todas aquelas pessoas que são perseguidas, intimidadas ou que sofrem atentados à sua integridade física e mesmo à sua vida por denunciarem, por erguerem a sua voz ou por exercerem de qualquer outra forma a sua liberdade de expressão. Porque um pouco por todo o mundo, há situações que tantos querem manter na escuridão, e sobre a quais é preciso uma vela que ilumine, dê a conhecer e traga esperança.

A par com estas, vemos também histórias de pessoas que estavam injustamente presas e conseguiram a liberdade, histórias de leis que foram mudadas – ou criadas – para melhor proteger as pessoas e garantir direitos humanos, em que a esperança venceu o medo e a nossa humanidade prevaleceu.

Vivemos agora um momento que irá marcar as nossas sociedades durante o futuro mais próximo. A forma como queremos reconstruir, olhar o horizonte e o futuro ditará aquilo em que nos iremos tornar. Que saibamos não esquecer os nossos erros, mas com eles aprender e focar-nos nos sucessos e vitórias, resultantes daquilo que, enquanto indivíduos e sociedade, fizemos bem. Que estas nos guiem na construção conjunta de um mundo melhor, mais justo e centrado nos direitos humanos.



## CALENÁRIO DE ATIVISMO

NOV

16

Dia Internacional da Tolerância

20

Dia da Declaração dos Direitos da Criança

25

Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

DEZ

5

Dia Internacional do Voluntariado

10

Dia Internacional dos Direitos Humanos

18

Dia Internacional dos Migrantes

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

[www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia](http://www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia)





## COVID-19 PROTEGER QUEM NOS PROTEGE

Desde o início da pandemia provocada pelo coronavírus que a Amnistia Internacional tem chamado a atenção para a necessidade da resposta dos governos e da sociedade à COVID-19 ter de estar centrada na solidariedade e nos direitos humanos.

Contudo, temos visto em muitos países os profissionais de saúde a trabalharem sem terem acesso a materiais que os protejam de contaminação, a serem perseguidos ou vítimas de represálias por denunciarem a falta de condições para realizarem o seu trabalho. Além disto, e de acordo com uma investigação recente da Amnistia Internacional, em todo o mundo já morreram mais de 7000 profissionais de saúde devido à COVID-19.

O México regista o número mais elevado, com pelo menos 1320 vítimas, mas os Estados Unidos da América (1077) e o Brasil (634) também apresentam números elevados nas taxas de infeção e mortalidade. Por seu lado, a África do Sul (240) e a Índia (573) apresentam mais casos nos últimos meses.

Deve haver cooperação global para garantir que todos os profissionais de saúde recebem equipamentos de proteção adequados, para que possam continuar o seu trabalho vital sem colocar em risco as próprias vidas.

COVID-19:  
Determinados pela esperança:  
[www.amnistia.pt/covid-19/](http://www.amnistia.pt/covid-19/)





© AFP via Getty Images

## **CAMPO DE REFUGIADOS DE MORIA, GRÉCIA.**

Os incêndios que destruíram o campo de refugiados de Moria, na ilha grega de Lesbos, deixaram quase 13 mil pessoas sem abrigo e com acesso muito limitado a água potável, comida e cuidados médicos. Muitas ainda podem ter perdido os poucos bens que tinham, incluindo documentos fundamentais para os seus pedidos de asilo.

Estes incêndios aconteceram depois de vários requerentes de asilo terem testado positivo para a COVID-19 e do governo grego ter colocado de quarentena todo o campo - onde o distanciamento social é impossível e o saneamento profundamente inadequado.

Adriana Tidona, investigadora da Amnistia Internacional, apontou a responsabilidade às “políticas imprudentes” da União Europeia que resultaram em condições de vida “perigosamente miseráveis”, devido à sobrelotação, “com o campo de Moria a acolher quatro vezes mais pessoas do que aquelas para que tinha sido projetado”.

A Amnistia Internacional está a pedir ao governo grego que, com a ajuda da União Europeia, providencie ajuda humanitária e a transferência dos requerentes de asilo para um espaço seguro.



WHEN INJUSTICE  
BECOMES ACCEPTABLE  
RESISTANCE  
BECOMES OUR DUTY



## DOSSIÊ

## Vitória a vitória pelos Direitos Humanos

*A batalha contra a injustiça é longa e tortuosa, mas cada vitória é uma marca de esperança. Alcançar a mudança e vencer obstáculos são vitórias que alcançamos todos. Juntos.*

Ahmed H. esteve detido mais de quatro anos na Hungria, condenado por cumplicidade em atos terroristas. Com nacionalidade síria, Ahmed, que morava com a sua mulher cipriota e as duas filhas em Chipre, viajou em 2015 para a Turquia com o objetivo de ajudar membros da sua família que fugiam da guerra na Síria e tentavam chegar à Europa. Foi detido na Hungria durante um conflito entre migrantes e a polícia, foi presente a tribunal, sendo acusado ao abrigo da lei contraterrorista, considerada draconiana e excessivamente vaga. Foi sentenciado a 10 anos de prisão apesar do tribunal ter reconhecido que, durante o conflito com as forças policiais, Ahmed apelou à calma através de um megafone. Após recurso, a sentença viria a ser reduzida depois do envolvimento das Nações Unidas, do Parlamento Europeu, do Departamento de Estado norte-americano, entre outras organizações civis. Entretanto, a Hungria questionou as autoridades cipriotas sobre a entrega do prisioneiro e, enquanto esperava uma resposta, Ahmed foi transferido a 19 de janeiro de 2019 para um centro de detenção de migrantes. Durante os oito meses que se seguiram, cerca de 24 mil pessoas uniram-se em torno da campanha desenvolvida pela Amnistia

Internacional, #BringAhmedHome, para pedir às autoridades do Chipre que autorizassem o seu regresso a casa. Em setembro do ano passado, Ahmed pôde finalmente reunir-se com a família, ainda a tempo do 10.º aniversário da sua filha mais velha.

### ATIVISMO VITORIOSO

O caso de Ahmed H. é apenas um exemplo das inúmeras ações fomentadas pela Amnistia Internacional que continuam a ter resultados positivos em todo o mundo. O advogado e Nobel da paz Martin Luther King insistia que “todo o homem de convicções humanistas deve decidir sobre o protesto que melhor se adapta às suas convicções, mas todos devemos protestar”.

O ativismo também fez a diferença no caso do cineasta Oleg Sentsov, que felicitou os membros e apoiantes da Amnistia Internacional pelo apoio que recebeu quando esteve preso na Rússia por terrorismo, depois de se ter manifestado contra a ocupação e anexação, que considera ilegal, da Crimeia. Também o professor Mohammad Ali Taheri voltou para junto



da família no Canadá depois de ter sido condenado à morte no Irão em 2011, acusado de estabelecer no país um grupo espiritual. Os protestos e apelos da AI levaram à anulação da sentença em 2019.

O advogado chinês Wang Quanzhang, conhecido por expor casos de corrupção e violações de direitos humanos, condenado a quatro anos e meio de prisão, foi solto este ano depois de mais uma campanha pela sua libertação. O mesmo aconteceu no Bahrein em maio deste ano com o ativista de direitos humanos Nabeel Rajab, a beneficiar do movimento pela sua libertação, apesar de estar obrigado a cumprir uma alternativa à pena de prisão.

Mais uma vez a ação de milhares de pessoas de todo mundo, com destaque para as 66 mil assinaturas recolhidas em Portugal, forçaram as autoridades egípcias a considerarem a liberdade condicional do fotógrafo Mahmoud Abou Zeid, conhecido como Shawkan. Cobria uma manifestação violenta no Cairo e acabou preso e torturado pela polícia, sem direito de defesa. Apesar da libertação, Shawkan ainda tem de se apresentar numa esquadra de polícia 12 horas por dia nos próximos cinco anos.

## CRIANÇAS DE REGRESSO À ESCOLA

Cada vitória na luta pela defesa dos direitos básicos de todos os seres humanos incentiva a participação e, de alguma forma, premeia instituições e sociedade civil que se envolvem nas denúncias. No início deste ano assinalou-se mais um êxito no Bangladesh, onde o governo prometeu reativar a formação e educação das crianças refugiadas rohingya. O compromisso assumido pelas autoridades permite que cerca de meio milhão de crianças que vivem nos campos de refugiados possam regressar aos bancos de escola.

Depois de uma investigação da Amnistia Internacional, o Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou em fevereiro um relatório onde constam mais de uma centena de empresas que contribuíram para a expansão dos colonatos ilegais de Israel na Cisjordânia, entre as quais Airbnb, TripAdvisor, Expedia e Booking. Após anos de ativismo promovido por organizações defensoras dos direitos das mulheres e pela Amnistia Internacional, o presidente argentino comprometeu-se, no passado mês de março, em tomar medidas para legalizar o aborto.

Na mesma altura, em Espanha, foi apresentada uma proposta de lei, ainda em apreciação, que classifica o sexo sem consentimento como violação. A alteração da lei é o tema central da campanha mais alargada "Let's Talk About Yes".

A Amnistia Internacional tem realizado campanhas pela abolição de algumas leis em vários países do Médio Oriente que promovem a exploração dos trabalhadores migrantes. É o caso do sistema Kafala que exige que todos os trabalhadores não qualificados tenham um responsável pelo seu estatuto legal, habitualmente o empregador. No Líbano está em curso uma consulta nacional que pretende desenvolver mais proteção dos direitos dos migrantes, enquanto no Qatar foi abolida a obrigatoriedade da permissão dos empregadores para a mudança de emprego dos trabalhadores



migrantes. Ainda no âmbito legislativo, o Tribunal Constitucional do Uganda restringiu a lei que concedia à polícia poderes excessivos para proibir reuniões e protestos públicos. A Amnistia Internacional tem feito campanhas junto do governo saudita para abolir a pena de morte, o que ainda não aconteceu. Porém, as autoridades anunciaram a

vontade de deixar de usar a pena capital para menores de 18 anos se não forem condenados por terrorismo.

## EDUCAR, APRENDER, CAPACITAR

Grande parte do sucesso das campanhas passa pela solidariedade, ativismo e mobilização, tanto mais eficaz quanto mais a formação estiver presente nas ações educativas. A Amnistia Internacional partilha conhecimentos, informações e capacidades adquiridas, que permitem conhecer, exercer e reivindicar os direitos, sem, todavia, esquecer as responsabilidades. Entre inúmeras atividades, a Amnistia Internacional desenvolve trabalho com escolas – onde se insere o projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos –, formação certificada e online e publicação de recursos educativos.



Apostar na capacitação potencia a igualdade, dignidade e o respeito mútuo nas comunidades e no mundo. Desenvolvimento pessoal, ciências da educação e ciência política e cidadania fazem parte dos planos de formação que incluem ainda cursos de Segurança Digital e Direitos Humanos, Educar para os Direitos Humanos e Agir pelos

Direitos Humanos. Nas escolas, as sessões focadas nos participantes, as palestras com conteúdos específicos e os testemunhos, normalmente com o contributo de ativistas, são formas de interagir com a comunidade escolar e apostar num futuro de liberdade mais justo, fraternal, solidário, igualitário e inclusivo.

Apostar no futuro é também olhar para o presente e para os desafios da atualidade, onde se destaca a situação de pandemia. Apesar de ninguém estar a salvo numa altura em que a cooperação e a solidariedade global são essenciais, há consequências distintas para as populações mais desfavorecidas. A Amnistia Internacional alertou e apelou aos países mais ricos para que cancelem a dívida dos mais pobres por um período mínimo de dois anos, sem juros, para permitir alocar recursos para o combate à covid-19.

No atual cenário há pelo menos 64 países que gastam mais nos pagamentos da dívida do que nos serviços de saúde pública. A Amnistia recorda que a legislação internacional em matéria de direitos humanos indica que os países mais ricos têm a obrigação de auxiliar as nações com dificuldades no financiamento da resposta à pandemia.

Para agravar a crise pandémica, em muitas latitudes não estão garantidos os direitos económicos, sociais e culturais sem discriminação. A Amnistia Internacional invoca prioridade aos mais desfavorecidos na gestão dos dinheiros públicos e recorda a importância da educação primária gratuita, a garantia de alojamento e a certificação de que projetos de desenvolvimento económico não resultam em violações de direitos humanos. Papéis que devem ser assumidos pelos governantes, mas não só. No caso português, Pedro A. Neto, diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, sublinha que “embora o Estado seja responsável

pelo respeito, proteção e cumprimento do direito à saúde, os cidadãos, as instituições e as empresas têm também um papel a desempenhar”. Para o responsável, “esta é uma crise que só pode ser ultrapassada se permanecermos unidos, ainda que à distância”.

## CORAGEM NA ADVERSIDADE

Uma união que, apesar das dificuldades, emerge nas histórias de solidariedade e superação como a do senegalês Mamadou Diagne que entregou mil máscaras a algumas das pessoas mais expostas à covid-19, como os comerciantes. Ou o trabalho de Heidi Quah, fundadora da organização não-governamental “Refugee for the Refugees” da Malásia, que se adaptou para distribuir produtos essenciais. Mohib Faizy, que estuda Tecnologias da Informação na Universidade Americana do Afeganistão e que, com apenas 19 anos, decidiu gravar filmes a ler histórias infantis. Hasan Al-Akraa, um estudante de origem síria de 20 anos, juntou-se à Amnistia para partilhar a sua experiência e apoiar migrantes e refugiados na Malásia e organiza recolhas de fundos para pagar hospitais e rendas de casa, em particular a mães solteiras, órfãos, doentes e famílias numerosas.

Tal como a pandemia também as alterações climáticas afetam particularmente os mais pobres e desfavorecidos. A Amnistia Internacional trabalha para que todas as pessoas vejam garantidos os seus direitos a um padrão de vida justo e à saúde a preços acessíveis. O uso dos recursos de forma mais equitativa, assegurando a transição justa e ajustada para uma economia baseada na neutralidade zero em carbono, são alertas que vêm do passado, têm legitimidade no presente e são indispensáveis no futuro.

## ENTREVISTA A SÓNIA MATOS

**“A escola tem que ser um lugar onde os ciganos sintam que pertencem”**

*Os números são claros, nunca houve tantos alunos ciganos nas escolas portuguesas. No ano letivo de 2018/2019, havia 25 mil no ensino público, quase o triplo do que em 1997/98. E os seus percursos são cada vez mais longos, mostra o Perfil Escolar das Comunidades Ciganas, publicado em julho. Mas a frequência escolar vai diminuindo à medida que se aproximam da adolescência. São poucos os que chegam ao secundário: no ano passado, foram apenas 651.*

*Sónia Matos, mulher, portuguesa e cigana, é mediadora sociocultural, fundadora e membro da direção da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP), sediada no Seixal. Há 20 anos que trabalha para prolongar os percursos escolares das comunidades ciganas. Antiga auxiliar de ação educativa numa escola básica, acompanha vários grupos de mulheres na sua formação e empoderamento, enquanto conclui a licenciatura em Educação Social.*



### Sónia Matos

Fundadora da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas e mediadora sociocultural

#### **CONTA NUMA REPORTAGEM UMA FRASE QUE O SEU PAI LHE DISSE A CAMINHO DA ESCOLA: “SÓ TENHO PENA QUE SEJAS UMA MULHER, SE FOSSES UM HOMEM TUDO SERIA MAIS FÁCIL.” COMO FOI A ESCOLA PARA SI?**

A escola para mim foi como para todas as meninas ciganas, andei até à 4.<sup>a</sup> classe. Aprendemos a ler e escrever para nos desenrascarmos. E depois passamos para a “universidade cigana”, com o currículo que nos é exigido: aprender a lidar com uma casa. Aos 13 anos, quando a minha mãe chegava da praça, os meus dois irmãos já estavam almoçados e a casa arrumada.

Quanto tens dez anos e te dizem “Acabou a escola”, é uma alegria. Nem nos apercebemos do que nos estava a ser vedado naquele momento.

#### **HÁ UMA RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES CIGANAS À ESCOLA?**

Se há coisa que as comunidades ciganas têm na cabeça é “Faz falta ler e escrever”. Mas não pensam na escola como um futuro para os filhos. Não pensam que dali eles podem sair com um futuro e ter outra vida.

#### **EMBORA OS NÍVEIS DE ABANDONO SEJAM TRANSVERSAIS, AS RAPARIGAS CIGANAS CONTINUAM A SAIR MAIS CEDO DA ESCOLA. TRADICIONALMENTE, TÊM QUE SER PRESERVADAS E PROTEGIDAS DOS NÃO CIGANOS. COMO É QUE SE RESOLVE ESTA TENSÃO ENTRE A OBRIGAÇÃO DE IR À ESCOLA E A IDEIA DA PRESERVAÇÃO DA HONRA E DA CULTURA CIGANA?**

É a batalha destes 20 anos. É muito difícil ainda para os pais ciganos permitir que as filhas tenham continuidade nos estudos, porque isso implica que elas percam



© ObCig

casamentos. O casamento é o futuro na comunidade cigana. O procriar, criar família, é o objetivo fundamental.

Mas noto uma grande diferença: há muito mais meninas a fazer o 6.º, o 7.º e o 8.º ano. E depois quando as coisas estavam a correr bem, surgiu uma nova coisa, uma desgraça: o ensino em casa. Se não houver exigência, os miúdos chegam aos exames e não sabem nada.

#### É UM MENINO CIGANO ESTUDA ENQUANTO QUER?

Culturalmente, não tem nada que o prive de estudar. Mas esse miúdo não tem um apoio de um pai ou uma mãe. E tem toda uma cultura por trás a fazer pressão: “O que é que estás a fazer nessa escola? Tu sabes que a sociedade não é para nós. A gente não vai arranjar emprego.” Na praça, ele aprende o ofício que será o seu meio de subsistência. “É mais fácil aconchegar-me às minhas raízes, sabendo que aqui consigo sobreviver”.

Quando chega aos 14/15 anos, esse miúdo vê os amigos fora da escola, a fazer uma vida diferente, e não

consegue acompanhar estes nem os outros. Dentro da escola, até pode ser educado, giro, mas é sempre o “ciganito”.

Tem que haver muita força de vontade por parte das crianças para conseguirem vingar na escola, sem o apoio dos pais. Metade dos estudos são os pais que os fazem: são eles que veem, obrigam, acompanham. Os pais ciganos nem sabem ler nem escrever, como é que podem dar acompanhamento? E a escola é igual para todos: quem apanhou, apanhou, quem não apanhou, apanhasse.

#### ACHA QUE, À PARTIDA, O ACESSO À ESCOLA É IGUAL PARA CIGANOS E NÃO-CIGANOS?

Não, de todo. Faltam mediadores nas escolas. E o Ministério da Educação e o Alto Comissariado para as Migrações já chegaram a essa conclusão. Mas continuamos sem carreira de mediador e a burocracia para contratar é tremenda. Um mediador faz metade do caminho com os miúdos e outra metade com os pais: todas as professoras me diziam que os pais ciganos não iam às reuniões; só num ensaio de danças ciganas, consegui ter dez mães a querer entrar para ver. Ao contrário das reuniões, aquilo diz-lhes alguma coisa. Sentem-se orgulhosas, representadas, valorizadas e, acima de tudo,

enquadradas. A escola tem que ser um lugar onde os ciganos sintam que pertencem. Hoje ainda é um lugar onde ninguém nos vai aceitar, onde não temos voz ativa, onde ninguém conhece a nossa cultura nem tem interesse em conhecer.

#### É UMA DAS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO ROMANO ATMO, UM KIT PEDAGÓGICO VALIDADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. AGORA TENTA QUE ELE INTEGRE O CURRÍCULO ESCOLAR...

... para que os professores saibam que existe. Porque aí já não há desculpa para não se falar disso. É preciso que a cultura cigana entre de forma positiva na casa das pessoas.

Nos últimos anos, houve uma grande evolução. A associação Letras Nómadas, através de fundos europeus, criou bolsas universitárias para ciganos. Começou com oito, hoje somos 40. Hoje, grande parte deles estão licenciados e a tirar mestrado. E eu acredito que a mudança vai acontecer aí: quando estes técnicos forem dirigir os gabinetes que trabalham com as comunidades ciganas, aí vamos trabalhar a sério.

Leia a entrevista completa em:

[www.amnistia.pt/entrevista-sonia-matos](http://www.amnistia.pt/entrevista-sonia-matos)



# RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Da morte de George Floyd a 25 de maio passado e o episódio trágico de Jacob Blake a 23 de agosto passaram sensivelmente três meses e muita coisa aconteceu. Algumas delas tão graves quanto estas, sobretudo nos dias a seguir a cada um dos momentos. Outras, mais positivas, principalmente a reação de algumas autoridades estatais, que preconizam evolução.

Desde o primeiro dia que a Amnistia Internacional tem estado no terreno, com a realização de diversos relatórios, que demonstram dados preocupantes em relação à violência policial e, também, à atitude passiva das autoridades em relação à brutalidade exercida sobre manifestantes e ativistas do movimento Black Lives Matter que exigiam pacificamente o fim do racismo sistêmico e da mesma violência policial.

Em finais de junho a Amnistia Internacional documentou 125 casos separados de violência policial contra manifestantes em 40 estados e no distrito de Columbia (Washington, D.C.), entre 26 de maio e 5 de junho de 2020, período em que centenas de milhares de pessoas nos EUA e noutros países protestaram contra o racismo e a violência policial, lembrando que a vida das pessoas negras importa (Black Lives Matter). A análise mostra que os agentes violaram direitos

humanos, numa base diária, em vez de cumprirem com as suas obrigações de respeitar e facilitar o direito das pessoas a protestar pacificamente.

As coisas entretanto escalaram de novo, no final de agosto, com o incidente de Jacob Blake, baleado sete vezes pela polícia nas costas enquanto se dirigia para o carro. O episódio ocorrido em Kenosha, Wisconsin, desencadeou muitas manifestações, que trouxeram de novo, o pior. Duas pessoas que se manifestavam de forma pacífica foram assassinadas e uma ficou gravemente ferida. Para Ernest Coverden, da Amnistia Internacional USA, é preciso agir rapidamente: “com o Black Lives Matter a crescer e a tornar-se o maior movimento de justiça social na história do país, é mais importante que nunca, que as forças policiais se dediquem efetivamente a garantir que todos possam fazer ouvir as suas vozes sem temerem pela sua vida ou de serem feridos”.

## ALGUMAS MELHORIAS...

No entanto, no rescaldo da morte de George Floyd, já foram, de forma global, implementadas algumas melhorias, nas cidades de Denver, Colorado, Minneapolis, Minnesota, Houston e Austin, Texas, Washington, D.C., Chicago, Illinois e Phoenix, Arizona foi proibido o uso do estrangulamento. Os estados de Iowa, Nova Iorque e Connecticut aprovaram leis de âmbito estatal ou emitiram ordens executivas banindo o uso de estrangulamento pelos agentes da autoridade. Seattle e Washington baniram a utilização de estrangulamentos e de gás lacrimogéneo sobre manifestantes. Washington, DC implementou uma proibição de três meses sobre o uso de balas de borracha ou de irritantes químicos sobre manifestantes pacíficos/as. Louisville e o Kentucky, baniram, por votação unânime, os mandatos de busca com entrada sem aviso (bater à porta).

# RESPONSABILIZAÇÃO SOBRE O USO EXCESSIVO DA FORÇA NOS EUA: O QUE AINDA Falta FAZER

# 2020

## 2015

### Conclusões do relatório da Amnistia Internacional, de junho de 2015,

“Deadly force: police use of lethal force in the United States”: Os 50 estados e Washington D.C. falharam em cumprir com os padrões de direito internacional relativamente ao uso de força letal pelos agentes da autoridade.

## RELATÓRIO AMNISTIA



CINCO ANOS DEPOIS

## RECOMENDAÇÕES DA AMNISTIA INTERNACIONAL

### PARA O SENADO DOS EUA:

Fortalecer, votar e aprovar o George Floyd Justice in Policing Act, incluindo as cláusulas do Police Exercising Absolute Care with Everyone or “PEACE Act”, de 2019, que proíbem o uso de força letal, com exceção nos casos onde esta é o último recurso para prevenir ferimentos graves ou morte, e após todas as outras alternativas terem sido esgotadas.

### PARA OS ESTADOS E O DISTRITO DA COLUMBIA:

Todos os estados devem introduzir, rever ou alterar as normas que autorizam o uso de força letal para garantir que cumprem com os padrões de direito internacional. O uso de força letal pelos agentes da autoridade deve ser limitado apenas às situações de ameaça de morte ou de ferimentos graves, e após todas as outras alternativas terem sido esgotadas.

9 estados e Washington D.C. ainda não têm leis sobre o uso de força letal pelos agentes da autoridade.

11 estados ainda têm leis que não cumprem os princípios básicos determinados pelas normas constitucionais dos EUA relativamente ao uso de força letal pelos agentes da autoridade.

As reformas aprovadas ao nível estatal desde 2015 ainda estão longe dos padrões definidos pelo direito internacional.

Apenas 3 estados registaram avanços relativamente à limitação do uso de força letal pela polícia.

Mais de 1000 pessoas são mortas anualmente pela polícia nos EUA.

As pessoas negras representam 13,2% da população nos EUA, mas representam 24,2% das pessoas alvejadas e mortas pela polícia entre 2015-2019.

O direito internacional é claro: os agentes da polícia apenas podem recorrer à força letal como último recurso para se protegerem, ou protegerem outros, de ferimentos graves ou morte.



© Amnistia Internacional

## RACISMO E DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL

*A questão do Racismo e da Discriminação tem sido tema recorrente nos últimos anos nos diversos quadrantes da vida social, cultural e política portuguesa.*

*A Amnistia Internacional no seu relatório relativo a 2019 apresentou as suas sugestões de recomendações a Portugal, no âmbito da Revisão Periódica Universal pelo Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Entre as maiores preocupações da organização de direitos humanos estão o acesso à habitação e a discriminação.*

“Uma das sugestões que fazemos tem que ver com a discriminação. Os discursos de ódio são uma realidade e há quem não hesite em demonizar grupos minoritários, através de discursos populistas, para conseguir atingir os seus objetivos. Já a questão do acesso a uma habitação condigna é reveladora. Hoje, não falamos apenas de pessoas em situação de pobreza. A classe média e alguns trabalhadores com rendimentos superiores ao salário mínimo têm problemas, principalmente nos grandes centros urbanos.

É necessário criar mecanismos para garantir que um direito previsto na nossa constituição é respeitado de uma forma abrangente. Nos bairros mais carenciados devem ser evitados os desalojamentos forçados e promovido o diálogo junto dos moradores para que sejam encontradas soluções. Ninguém pode ficar sem-abrigo, ainda mais quando tem à sua guarda menores de idade ou pessoas em situação de dependência”, afirma o diretor-executivo da Amnistia Internacional, Pedro A. Neto.

### ESTUDO PROVA SEGREGAÇÃO

Ana Rita Alves, investigadora da Universidade de Coimbra, no artigo “Para eles, nós não somos humanos!”: habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal”,

publicado em julho de 2019 na revista Direito e Praxis, analisa um conjunto de relatórios elaborados por institutos públicos nacionais, tais como como o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ou o Instituto Nacional de Estatística, e de agências internacionais, assim como a Organização das Nações Unidas, a Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância, o extinto Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia e a atual Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Nas conclusões do estudo, a investigadora é clara sobre a questão da discriminação no acesso a uma habitação condigna: “os relatórios analisados espelham de forma axiomática as (in)ações do Estado português e, em grande medida, a sua incapacidade de garantir o acesso a uma habitação condigna às populações racializadas (nacionais e migrantes). As agências de monitorização destacam, em particular: a precariedade habitacional enfrentada pelas populações ciganas; a segregação habitacional enfrentada pelas populações racializadas que decorre, em muitos casos, da execução de programas de realojamento; a ausência de recolha de dados bem como as suas consequências na (não)monitorização sistematizada das desigualdades racializadas no território”.

## 7 PERGUNTAS A...

## Angella Graça

“Portugal precisa de se conhecer e reconhecer a sua História”



O INMUNE – Instituto da Mulher Negra em Portugal, é uma entidade que, na sua definição, assume o “combate pelo silenciamento das mulheres negras, africanas e afrodescendentes” em Portugal.

Fundado em 2018 com o contributo de 28 mulheres negras, tem hoje em Angella Graça a sua representante que, à AGIR, fala da questão de ser Mulher e ser Negra em Portugal.

### 1. Que dificuldades encontra nesta dicotomia, ser mulher e ser negra?

As múltiplas discriminações de que a mulher negra é alvo constituem um universo de limitações que se refletem na vida real de milhões de mulheres pelo mundo. O facto de vivermos em sociedades ainda muito machistas, sexistas e racistas colocam a mulher negra na base da pirâmide humana, social e economicamente, fora das agendas.

### 2. Que exemplos podem dar de forma genérica?

Estas violências várias inerentes à existência da mulher negra refletem-se, por exemplo, na baixa ou quase nula representatividade profissional de mulheres negras em áreas de trabalho que não as de baixa qualificação.

### 3. Já se conseguiram melhorias visíveis, na última década, na luta contra a discriminação?

Considero impossível pensar em vitórias nesta matéria e não referir a conquista, nas últimas eleições legislativas, de 3 deputadas negras para o parlamento português. Uma vitória com reflexos práticos quer em matéria de política pública como de representatividade. Não obstante, há um

longo caminho a percorrer no que toca ao tema do racismo e discriminação racial em Portugal.

### 4. Como é que, racionalmente, se pode alterar o paradigma?

Com a implementação de políticas públicas transversais às áreas, por exemplo, da educação, justiça, economia. A adoção da prática da recolha de dados étnico-raciais que nos permitirá aferir, de forma realista e objetiva, a dimensão das comunidades racializadas em Portugal.

### 5. Qual a história do INMUNE e porque surge?

O INMUNE nasce da ideia de uma mulher, Joacine Katar Moreira e do contributo de 27 mulheres negras. Nasce para acabar com os estereótipos em torno das mulheres negras, por um fim ao silenciamento a que estão sujeitas há já tanto tempo, para contrapor a ideia de homogeneidade no feminismo, como se todas as mulheres tivessem as mesmas preocupações e necessidades.

### 6. Sente que Portugal reconhece essa necessidade?

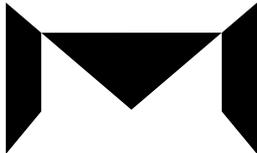
Portugal ainda precisa de se olhar realmente e de se conhecer. De conhecer e reconhecer a sua história. Quando tal acontecer, haverá espaço para um diálogo transparente e para mudanças efetivas. É um caminho que está a ser feito, muito lentamente. O nosso objetivo é que o instituto seja usado em benefício das mulheres negras em Portugal. E isso significa beneficiar as famílias, os filhos, as filhas, significa envolver os homens. É um caminho de todas e de todos!

### 7. Que iniciativas têm programadas para os próximos meses, em tempos de pandemia?

Realço a produção do documentário - As Vozes da Mulher Negra - que se encontra a decorrer e visa trazer entrevistas realizadas a mulheres negras de vários quadrantes, com o objetivo de cruzar perspetivas, partilhar experiências, desmistificar conceitos, empoderar e representar a mulher negra de formas que ainda não acontecem em Portugal.



© Amnesty International



## MARATONA DE CARTAS



[www.amnistia.pt/maradona](http://www.amnistia.pt/maradona)

## MARATONAS DE CARTAS

*Um evento de ativismo, mas sobretudo de esperança.*

Em 2001, na Polónia, quando Witek e Joanna se conheceram, estavam longe de imaginar as consequências da sua ação. Em conversa, Joanna disse que tinha regressado de uma ação de voluntariado em que se escreviam cartas dirigidas a vários governos sobre situações injustas. Reconhecendo o potencial da ideia, Witek perguntou-lhe se ela gostaria de ir à reunião do seu grupo da Amnistia Internacional e falar sobre essa iniciativa. Nesse momento, perante o entusiasmo do grupo, não foi precisa muita insistência. Em conjunto, durante 24 horas escreveram apelos sobre casos de pessoas em risco acompanhadas pela Amnistia Internacional e, como qualquer boa ideia, a de Witek e Joanna estava mesmo a pedi-las: após convidarem outros grupos e escritórios do movimento, a adesão foi global. Hoje, é conhecido como o maior evento de ativismo do mundo, a Maratona de Cartas.

Desde 2001 até 2020 essa missão manteve-se, o evento cresceu, amadureceu e hoje contabiliza quase 7 milhões de cartas e assinaturas, oriundas de todas as partes do mundo, dirigidas a governos e outras autoridades. Independentemente do formato, são ações que exigem respeito, dignidade e liberdade para quem arrisca tudo em defesa do que é certo ou para quem a justiça ainda não se cumpriu.

E desengane-se quem duvidar do seu impacto. A Maratona de Cartas é movida pela esperança e certeza de que um mundo melhor é possível, às vezes através de uma simples assinatura. As nossas histórias de sucesso assim o contam: perguntem aos jovens Magai Ngong (Sudão do Sul) ou Moses Akatugba (Nigéria) sobre o resultado da

pressão que foi feita às autoridades, com o envio de milhões de cartas para a comutação das suas penas, após terem sido injustamente presos em crianças e condenados à pena de morte, ou talvez preferiram perguntar à Vitalina Koval (Ucrânia) que agora celebra vitórias com outras ativistas, com total segurança e proteção por parte da polícia, ou ainda ao John Teterrissa (Indonésia), à Yecenia Armenta (México), à Chelsea Manning (EUA), ao “Shawkan” (Egito) ou à Phyo Phyo Aung (Myanmar) a que sabe a liberdade, depois de a terem perdido injustamente. A verdade é que poderíamos encher as páginas desta revista de exemplos de vitórias e avanços em direitos humanos, mas ainda há muito a fazer.

Não é segredo que 2020 tem sido atípico. Contudo, podemos optar por vê-lo como o ano em que escolhemos fazer mais, melhor e aceitar que as nossas ações podem ter um impacto positivo nas vidas de outras pessoas. Onde há oportunidade, a Maratona de Cartas é o ponto de partida perfeito.

Como habitualmente, a Amnistia Internacional selecionou um conjunto de 10 casos a nível global para fazerem parte deste projeto. Desses 10, a secção portuguesa selecionou 6 (por questões de capacidade, eficácia e eficiência). São casos diversos, desafiantes e que requerem a nossa ação imediata. Desde a corajosa ativista ambiental colombiana, Jani Silva, que se recusa a deixar-se vencer pelo medo e continua a proteger a floresta amazónica contra gigantes petrolíferas; passando pelo Myanmar, onde um jovem estudante

ousou criticar militares com poesia e que, apesar de estar preso por isso, rejeita a possibilidade de o impedirem de dizer o que pensa; parando no Burundi, onde um corajoso defensor de direitos humanos cumpre uma pena de 32 anos por contactar com uma ONG que apelava ao fim da tortura. O custo dessa ação pacífica, para além da liberdade, foi nunca ter conhecido o seu filho de 3 anos.

Na Turquia, jovens do grupo de solidariedade LGBTI+ de uma Universidade arriscam-se a uma condenação de até 3 anos de prisão, por um protesto pacífico sobre a importância de sermos verdadeiramente livres iguais; atuaremos também por Nassima al-Sada, uma incansável defensora dos direitos das mulheres na Arábia Saudita, onde as vitórias alcançadas lhe custaram a sua liberdade; e terminamos com 3 jovens que tinham em comum o sonho de uma vida digna, livre e em segurança na Europa. Mas a chegada a Malta terminou com uma acusação tão grave e infundada que pode levar à condenação de uma vida inteira atrás das grades.

Seja pela coragem destas pessoas ou pelas injustiças que enfrentam, em 2020 não vamos deixar a defesa dos direitos humanos por mãos alheias. Em momentos desafiantes, como os deste ano, já provámos que conseguimos responder à altura e superar as expectativas. Por isso, preparámos uma edição capaz de responder a todas as adversidades: tendo em mente a necessidade de mantermos o projeto sustentável a nível

ambiental e capaz de se adaptar a onde quer que nos encontremos, a Maratona de Cartas será digital. Tal como em 2019, evitaremos milhares de impressões e, na prática, será mais fácil participar. Assim, a partir do dia 1 de novembro, bastará ir a [www.amnistia.pt/maratona](http://www.amnistia.pt/maratona) para:

- Escrever cartas de solidariedade para cada um dos casos;
- Solicitar materiais para promover a Maratona junto de amigos, familiares, no local de trabalho, em escolas ou universidades para conseguir mais assinaturas;
- Aceder a outros recursos, como vídeos, atividades e instruções sobre como participar no concurso nacional entre escolas.

## MARATONA DE CARTAS

A Maratona de Cartas representa a possibilidade de mudarmos vidas e de tornar o mundo um lugar mais justo. Hoje, a certeza de que isso é possível através da nossa assinatura é absolutamente inabalável. É uma oportunidade que não podemos perder.

**JUNTE-SE A NÓS.  
JUNTE O SEU NOME EM  
DEFESA DOS  
DIREITOS HUMANOS.**

© NABIL HASSAN/AFP/Getty Images





© Amnesty International

## O FIM DE UMA ERA E A INCERTEZA DO FUTURO NO BURUNDI



**Germain Rukuki**

*As últimas eleições marcaram o fim de uma era atroz liderada por Pierre Nkurunziza. A crise de 2015 que legitimou o seu terceiro mandato e a tentativa de golpe em 2018, escalaram o clima de tensão e levaram mais de 300 mil refugiados a procurar asilo no Ruanda e na Tanzânia. Em 2020, a saída do líder do poder despertou uma revolução interna que expulsou observadores e jornalistas internacionais. Nesta entrevista, a investigadora Rachel Nicholson afirma que os desaparecimentos forçados e os ataques violentos ainda persistem. O presidente eleito, Evariste Ndayishimiye poderá ser a oportunidade para uma transição, mas a paz no Burundi permanece incerta.*

**Como é que a população do Burundi viu estas eleições e os seus resultados?**

Há um sentimento comum de incerteza quanto às mensagens transmitidas pelo novo governo e a sua abertura para o diálogo. Ndayishimiye representa uma mudança de presidência, mas não de partido. No discurso inaugural destacou a importância dos direitos humanos e de uma boa governança, mas acusou os ativistas nacionais de serem marionetas dos colonizadores e do Ocidente.

**Inicialmente, Ndayishimiye manteve a abordagem do anterior governo que defendia a proteção divina face à COVID-19. Recentemente, mudou de estratégia, apontando esta pandemia como o “inimigo n.º1” e anunciando medidas de testagem. Considera que este pode ser um sinal de mudança?**

Talvez. As declarações iniciais que Deus salvaria o Burundi foram uma afirmação política, uma exceção. No entanto, a morte repentina de Nkurunziza e os

rumores que terá falecido de COVID-19 podem ter sido o ponto de viragem. O FMI atribuiu um alívio da dívida para o combate à pandemia com a condição de haver transparência nos relatórios por parte do governo e, nos últimos meses, o diálogo parece estar a ser retomado com delegações da União Europeia e de outros países chave.

### **A insegurança causada pelos Imbonerakure é das principais causas de fuga dos burundineses. Acredita que Ndayishimiye poderá mudar a presença desta ala jovem no partido e no país?**

Depende da aceitação que tiver no partido e das mudanças significativas no seu funcionamento que conseguir implementar. Continuamos a ouvir relatos preocupantes, mas há já algumas ações penais que decorreram e outras que estão em curso. Contudo, é necessário responsabilizar não só aqueles que cometem estes crimes como também aqueles que os comandam.

### **O que podemos fazer para apoiar o Burundi?**

A Maratona de Cartas da Amnistia é uma oportunidade de nos envolvermos com casos como o de Germain Rukuki e de interpelarmos diretamente o governo do Burundi. Mas também devemos apelar aos nossos governos. A comunidade internacional quer retomar as relações com o país, mas não podemos deixar que se humanizem relações sacrificando o diálogo sobre a importância dos direitos humanos.

## **CASO DA MARATONA**

### **BURUNDI**

## **CONDENADO A 32 ANOS POR DEFENDER DIREITOS HUMANOS**

Em julho de 2017 a vida de Germain e da sua mulher, Esmelyne Mupfasoni, mudou radicalmente. Foram acordados pelas pancadas na porta de casa de dezenas de elementos das forças de segurança. Emelyne estava a semanas de ter o seu terceiro filho.

Germain e Esmelyne, ambos trabalhadores de uma ONG, foram interrogados pelo seu trabalho em direitos humanos. Após as perguntas, as autoridades prenderam Germain e levaram-no para a prisão de Ngozi, no norte do Burundi, onde se encontra até hoje. Com receio pela segurança dos seus filhos, Esmelyne fugiu do país com as crianças.

No dia 26 de abril de 2018, Germain foi considerado culpado de várias acusações infundadas, incluindo “rebelião” e “ameaça à segurança do Estado”. Para a decisão, contribuiu a sua ligação à ONG Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura, que foi usada contra si. Apesar de encerrada em 2016 por, alegadamente, “manchar a imagem do país”, uma das “provas” utilizada foi um email que Germain enviou para a organização, quando esta ainda estava operacional.

Germain foi condenado a 32 anos de prisão e nunca conheceu o seu filho mais novo. Deve ser libertado imediatamente.

**Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:**

[www.amnistia.pt/caso-burundi](http://www.amnistia.pt/caso-burundi)



© VMLY&R/WHISKY

## DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS RECURSOS NATURAIS



**Jani Silva**

*“Sem lutar pelo que acredito, seria uma pessoa morta”*

“Ser um defensor de direitos humanos é difícil, porque sabemos que arriscamos e que podemos perder a vida a qualquer momento e que temos família.

Mas também temos a firme convicção que este é um trabalho que tem de ser feito, não podemos deixar de o fazer por termos medo. Há medo, claro, mas há algo mais forte que nos motiva a seguir. Há várias formas de morrer e se não lutar pelo que acredito, também seria uma pessoa morta, seria alguém que não estaria a fazer nada pela vida nem por ninguém. E sim, há medo, há bastante medo, às vezes nem consigo dormir, a pensar no que me pode acontecer amanhã, pensar em como evitar tanto risco. Mas há que continuar a lutar, a defender este território tão bonito”.

Jani Silva nasceu no coração da floresta amazónica, sendo uma agricultora corajosa que tem dedicado a sua vida a um património de valor incomensurável. Em 2008 foi cofundadora da Associação para o Desenvolvimento Integral e Sustentável da Perla Amazónica (ADISPA), que defende os direitos de mais de 1200 camponeses que vivem na “zona de reserva campesina da Perla Amazónica”, em Putumayo, uma região de diversidade única, que se encontra no Sul da Colômbia. Devido ao seu trabalho, Jani e os seus colegas enfrentam várias ameaças de morte, tendo sido já confrontada com uma arma apontada à cabeça. Para se salvaguardar e defender quem ama e o trabalho que faz,

foi obrigada a sair de onde morava e deslocar-se para um local mais seguro. Para si e para os seus.

Mas a determinação mantém-se: “Tive de sair da área onde morava porque não há garantias de segurança para poder lá estar. Andam sempre pessoas armadas a rondar, por perto, para me assustarem. Assim continuo a trabalhar sem estar muito exposta. É um trabalho ao qual nos entregamos de coração e para algumas pessoas somos um estorvo”.

Jani Silva e a ADISPA instam o governo liderado por Ivan Duque a “comprometer-se com as pessoas e com a reserva campesina da Amazônia”, sem ceder no que está “escrito”, porque senão o futuro será difícil: “Se não defendermos a Perla da Amazônia o futuro será negro. De isolamento e morte. Com esta presença armada e o incumprimento do governo, não seremos capazes de voltar a passar pelo mesmo, por episódios constantes de violência. Será um futuro incerto pelo aumento do setor petrolífero que, como comunidade, temos conseguido travá-lo mas não pará-lo. No entanto, a não ser que haja uma consciencialização e um apoio de todos - porque estamos a lutar pela Amazônia, pela vida, pela biodiversidade, pelas espécies, pelas pessoas - se nada realmente mudar, será fatal”.



© WMLY&R/WHISKY

## CASO DA MARATONA

# COLÔMBIA

## AMEAÇADA DE MORTE POR PROTEGER A AMAZÔNIA

Jani Silva nasceu na Amazônia colombiana e tem-se dedicado a defender um ecossistema fundamental para as vidas de todos nós.

Em 2008, fundou a Associação para o Desenvolvimento Integral e Sustentável da Pérola Amazônica (ADISPA) e, através dela, tem protegido o ambiente e os direitos daqueles que vivem num verdadeiro tesouro da floresta tropical: a reserva campesina em Putumayo.

Mas o seu trabalho pacífico colocou-a em disputa contra grandes empresas petrolíferas. Em 2006, a Ecopetrol, ganhou uma licença para operar em áreas que se sobrepõem à reserva e, em 2009, essa licença foi transferida para a Amerisur. Desde então, houve pelo menos dois derramamentos de petróleo nas nascentes de água de que as comunidades dependem.

Defender o território trouxe consequências devastadoras para Jani: é perseguida, intimidada e ameaçada de morte por agressores desconhecidos. A pandemia de Covid-19 piorou ainda mais a situação, uma vez que a proteção se tornou mais limitada devido ao confinamento.

Mas, Jani mantém-se irredutível. “Porque defendo o meu território, as pessoas apontam-me uma arma à cabeça para me matar. Contudo, eu continuo... porque... não podemos fugir ou deixarmo-nos vencer pelo medo.”

**Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:**

[www.amnistia.pt/caso-colombia](http://www.amnistia.pt/caso-colombia)



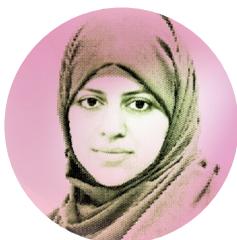
SAUDI ARABIA:  
FREE ALL HUMAN  
RIGHTS DEFENDERS

AMNESTY  
INTERNATIONAL



## ARÁBIA SAUDITA: CALAR AS MULHERES À FORÇA

*Dana Ahmed, investigadora da Amnistia Internacional para a Arábia Saudita, relata a situação que se vive no combate pela igualdade de direitos naquele país.*



**Nassima al-Nada**

**As reformas dos últimos anos, com o impulso do falecido rei Abdullah bin Abdulaziz, pareciam antever um caminho de abertura para os direitos das mulheres sauditas mas tal acabou por não acontecer. Porquê?**

Algumas restrições resultantes do sistema de guardiões do sexo masculino foram levantadas no final de 2019. Quando as mulheres foram finalmente autorizadas a conduzir, surgiu mais espaço para reformas. Mas esta não é uma luta dos últimos seis anos, arrasta-se desde os anos 1990. Há mudanças. As mulheres podem agora obter passaporte, viajar livremente ou registar os nascimentos dos filhos. Mas não podem casar sem a autorização do guardião masculino. Na Arábia Saudita, se uma mulher desobedece ao pai ou ao marido, este pode levá-la a tribunal por

desobediência. Se uma mulher não pode denunciar livremente a violência contra si, porque o seu guardião não lhe permite fazê-lo, fica presa num limbo.

**Porque é que estas mulheres escolhem ficar num país que não as protege?**

Assistimos a uma vaga de mulheres jovens que deixam o país. Nos últimos dois anos, a União Europeia referiu que o número de requerentes de asilo da Arábia Saudita triplicou. As mulheres que estão detidas são as que poderiam ter deixado o país há muito tempo e decidiram ficar. Tal como Loujain Al-Hathloul (uma das ativistas que está atualmente presa), que viveu no Dubai e estudou em Sorbonne, mas decidiu regressar. Querem influenciar a mudança, por elas e por todas.

## Quantas ativistas estão detidas na Arábia Saudita?

Temos registos de cinco na prisão e outras dez que ainda estão a ser julgadas mas aguardam em liberdade.

### Falamos de casos (como Nassima al-Nada) que chegam a dois anos, entre detenção e acusação. Porquê esta demora?

Um mês antes do fim da proibição de condução em 2018, várias ativistas foram detidas e ficaram um ano sem acusação o que, ao abrigo da lei saudita, é ilegal. Foram depois acusadas, ao abrigo da lei do cibercrime, por promoverem os direitos das mulheres. Na Arábia Saudita, é um procedimento comum. As leis do cibercrime ou contraterrorismo são armas contra ativistas, escritores, jornalistas, defensores dos direitos humanos.

### Há relatos de mulheres mantidas em condições desumanas.

Durante os primeiros três a cinco meses, devem ser interrogadas e encontrar-se com o advogado e famílias, mas isso não acontece. Estão incomunicáveis em centros de detenção não oficiais. Temos testemunhos de pessoas que foram torturadas e uma mulher que tentou o suicídio. Quando foram transferidas para as prisões oficiais e autorizadas a ver as suas famílias, pela primeira vez, tinham passado seis meses.

### Que penas enfrentam?

A acusação não exigiu prisão perpétua ou sentença de morte. Estão a ser julgadas há mais de um ano e não há progressos nos casos. Não sabemos o que esperar.

## CASO DA MARATONA

### ARÁBIA SAUDITA

## PRESA POR DEFENDER A LIBERDADE DAS MULHERES

Nassima sempre fez campanha pela liberdade das mulheres na Arábia Saudita. Mas, ao fazê-lo, perdeu a sua. É uma das várias ativistas que defenderam o direito das mulheres a conduzirem e a tratarem dos assuntos diários sem precisarem de autorização do seu “guardião” do sexo masculino.

O sistema de guardiões na Arábia Saudita exige que as mulheres peçam permissão a um homem para sair ou para outras atividades básicas. Apesar destas leis se terem tornado mais flexíveis, as mulheres que agiram para pôr um fim a este sistema permanecem atrás das grades. “Porque é que não existe uma idade em que a mulher se torna adulta, responsável pelas suas decisões e pela sua vida? Porque é que deveria existir um homem responsável por ela?”, escreveu Nassima em 2016.

Nassima foi presa pelo seu trabalho pacífico em direitos humanos em julho de 2018. Na prisão, foi vítima de maus-tratos e, durante um ano, colocada numa cela sozinha, isolada de outras pessoas. É-lhe permitido apenas um telefonema por semana e não pode receber visitas, nem do seu advogado.

Ainda assim, Nassima e a sua família não desistem da sua liberdade. E nós também não.

**Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:**

[www.amnistia.pt/caso-asaudita](http://www.amnistia.pt/caso-asaudita)



© Private

## MYANMAR: UM POVO AMORDAÇADO NÃO SE RENDE

*Paing Phyto Min é apenas uma das centenas de pessoas em Myanmar perseguidas e presas nos últimos anos por simplesmente exercerem a sua liberdade de expressão e compartilharem online as suas palavras e atuações.*

*Um monge budista, um ativista ambiental, vários estudantes, jornalistas e sindicalistas perfazem 16 casos divulgados no impressionante relatório “I will not surrender”, publicado em abril pela AI.*

*Ming Yu Hah, diretora regional da AI para o Sudeste Asiático, fala à AGIR sobre a criminalização de defensores de direitos humanos – num país onde as mordidas têm a forma de uma mão de ferro militar.*



**Paing Phyto Min**

**Enquanto líder da oposição, Aung San Suu Kyi foi idolatrada pelo Ocidente como defensora dos direitos humanos e galardoada com o Nobel da Paz. O que revelaram estes quatro anos no poder?**

Nos últimos anos vimos alguns dos capítulos mais sombrios da história moderna de Myanmar. Muitas leis repressivas permanecem. O governo está limitado pela Constituição de 2008, que confere imenso poder aos militares. Optou por proteger os militares nas atrocidades contra os Rohingya e outras minorias, em vez de

falar em nome das vítimas de violações dos direitos humanos. É perturbador que a pessoa que outrora pediu à comunidade internacional “Usem a vossa liberdade para promover a nossa” um dia defenda o país contra acusações de genocídio. É decepcionante para nós, que fizemos campanha pela libertação de Aung San Suu Kyi, testemunhar tantos defensores dos direitos humanos, jornalistas e ativistas na prisão simplesmente por exercerem os seus direitos.

## Porque é que as redes sociais estão a ser tão visadas pela repressão?

As autoridades veem a crítica online como uma ameaça e patrulham ativamente as redes sociais. A lei das telecomunicações de 2013 criminaliza a “difamação online”, prevê até dois anos de prisão e tornou-se a ferramenta legal para suprimir a crítica. As autoridades também restringiram a Internet e privaram centenas de milhares de pessoas de informações sobre a COVID-19, causando um sofrimento incompreensível.

## Que riscos e receios enfrentam os ativistas?

Enfrentam assédio, ação penal e prisão simplesmente por exercerem os seus direitos e por criticarem as autoridades. Isto resultou numa cultura de medo, com os jornalistas e ativistas a recorrerem à autocensura para evitar serem visados.

## Para novembro estão marcadas eleições. Que transformações deseja ver em Myanmar?

Receamos que as eleições à espreita tragam mais repressão da liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, e mais perseguições por motivos políticos. Esperamos que o próximo governo proteja o seu povo e os seus defensores dos direitos humanos, cesse a perseguição contra ativistas, sociedade civil e jornalistas, e liberte todos os prisioneiros de consciência. Apelamos à justiça pelas atrocidades cometidas pelos militares de Myanmar.

## CASO DA MARATONA

### MYANMAR

## PRESO POR CRITICAR MILITARES ATRAVÉS DA POESIA

Paing Phyo Min é um estudante de 22 anos e membro do *Peacock Generation*, um grupo de poesia satírica dedicado a *Thangyat* - uma forma tradicional de arte em Myanmar que combina música, poesia e comédia.

Em abril de 2019, Paing Phyo Min e outros elementos do *Peacock Generation* foram detidos após uma atuação de *Thangyat*, onde surgiram vestidos de militares. A atuação deu a entender que os militares estavam desesperados por se manterem no poder e que estavam a levar o país à falência enquanto os seus generais enriqueciam.

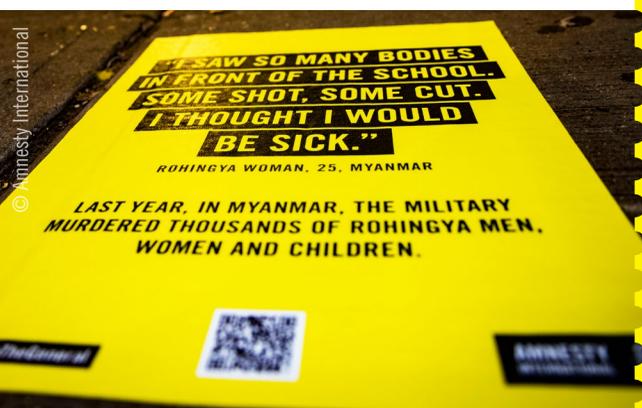
Paing Phyo Min foi considerado culpado e condenado a seis anos de prisão. As acusações contra ele incluíram “incitamento”, ou seja, encorajar militares a abandonarem as suas obrigações, e “difamação online” por partilhar fotografias e vídeos da atuação.

“Temos feito *Thangyat* todos os anos desde 2013”, disse Paing Phyo Min. “Temos comunicado diretamente com o público, expressando... o que está de errado na nossa sociedade... incluindo críticas ao governo. Mas em 2019 tornamo-nos um alvo para os militares. Eles estão a prejudicar a transição democrática de Myanmar. Podemos estar presos, mas não vamos ser impedidos de dizer o que pensamos.”

Estamos juntos com Paing Phyo Min. Chegou o momento de ser libertado.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

[www.amnistia.pt/caso-myanmar](http://www.amnistia.pt/caso-myanmar)





# FRONTEIRAS DE MAR, DECISÕES EM TERRA: A URGÊNCIA DE UM SISTEMA PARTILHADO DE RESPONSABILIDADES

© Amnesty International / Joanna Demarco



## El Hible 3

*“As políticas de Malta são um produto da abordagem da União Europeia ao Mediterrâneo Central, em particular às estratégias de cooperação com a Líbia”, afirma Maria Serrano, responsável de campanhas para assuntos de migração da Amnistia Internacional. Fala-nos da crise de refugiados e do resgate de vidas à deriva no Mar Mediterrâneo, nas mãos de organizações como a Sea Watch, a Open Arms ou a Mediterranea, de embarcações privadas e até de pescadores. Enquanto a pandemia da COVID-19 assalta os nossos medos, os portos de Itália fecham-se e os de Malta também.*

**O governo maltês afirmou estar perante uma crise de migração, tendo sido acusado por organizações humanitárias de estar a criar uma crise para proveito político. Concorda?**

Temos vindo a assistir a atrasos nos desembarques, detenções de refugiados em *ferryboats* e retornos forçados pela guarda costeira líbia deixando migrantes expostos a detenções, torturas, espancamentos, violações e até à morte. Estas pessoas poderiam ser resgatadas e desembarcadas num local seguro. É uma crise fabricada porque

é uma crise de políticas que surgiu de decisões tomadas pelo governo maltês. Não é apenas responsabilidade de Malta, é também da União Europeia (UE).

**No que diz respeito às decisões sobre políticas de asilo, quais são as prioridades do governo de Malta?**

É importante lembrar que este governo tomou posse em janeiro e quer mostrar algo novo à opinião pública e também à UE. Contudo, existem suspeitas de corrupção e há vários processos a

decorrer e a serem investigados, como a morte do jornalista de investigação Daphne Caruana Galizia. A recente decisão de encerrar os portos após a decisão de Itália devido à COVID-19 é das mais contestadas porque continuam a poder acolher pessoas e a ter condições para estas fazerem quarentena.

### **Malta continua a receber muitas tentativas de desembarques?**

O número de pessoas resgatadas no mar passou de 1445 em 2018, para 3406 em 2019. No entanto, a pandemia tem sido usada como um pretexto, já que em abril de 2020, os números desceram para 1201 devido ao encerramento dos portos.

### **Avaliando o interesse estratégico do mar Mediterrâneo, o que poderia Malta fazer para marcar a diferença nas políticas internacionais de asilo e de refugiados?**

Dentro em breve, será anunciado o novo Pacto de Migração e Asilo que irá propor novas medidas para a cooperação entre países. É uma oportunidade para os estados do sul como Malta, Grécia, Itália ou Espanha de forçarem os restantes países da Europa a partilhar responsabilidades e a criar uma nova abordagem que não deixe políticas de migração reféns da intervenção de polícias da fronteira de países terceiros como a Líbia, a Turquia e Marrocos.



## **CASO DA MARATONA**

### **MALTA**

## **EM RISCO DE PASSAREM A VIDA NA PRISÃO POR SALVAREM VIDAS**

Antes de serem conhecidos como El Hiblu 3, eram apenas 3 adolescentes apaixonados por futebol e basquetebol. No momento em que as suas vidas mudaram, com 15, 16 e 19 anos respetivamente, tudo o que queriam era segurança.

Esse objetivo levou-os a sair da Guiné, da Costa do Marfim e da Líbia. Desesperados por escaparem à violência e à tortura, embarcaram num barco insuflável em direção à Europa, com mais de 100 pessoas.

A embarcação, que rapidamente ficou em apuros, foi salva pelo El Hiblu, um petroleiro. Num primeiro momento, a tripulação tentou devolver estas pessoas à Líbia - uma operação ilegal - mas o pânico instalou-se no navio. Os três jovens, atuando enquanto intérpretes, conseguiram acalmar as pessoas, defenderam o seu direito a não serem devolvidos à tortura que os esperava e convenceram a tripulação a ir para a Europa.

Contudo, ao entrarem em águas territoriais de Malta, as autoridades alegaram que o navio foi sequestrado pelos três jovens, mesmo não tendo provas disso. Neste momento, estão acusados de crimes tão graves que correm o risco de passarem a vida na prisão.

Os três jovens simplesmente defenderam o seu direito à segurança e protegeram todos os que foram resgatados. Merecem justiça.

**Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:**

[www.amnistia.pt/caso-malta](http://www.amnistia.pt/caso-malta)



## “O ATIVISMO QUE FAÇO É PELA PRÓXIMA GERAÇÃO”

*Melike Balkan e Özgür Gür são ativistas do grupo Solidariedade LGBTI+ da Universidade Técnica do Médio Oriente (METU) em Ankara.*

*No ano passado, a polícia atacou a marcha do orgulho LGBTI+, e agora os ativistas enfrentam acusações que podem ir até três anos de prisão.*

*Nesta entrevista falámos com Melike Balkan.*

### **O que significa a marcha do orgulho para ti?**

Ser pessoa LGBTI na Turquia não é fácil. Não és livre de andar nas ruas, tens receio de violência policial, de crimes de ódio. Com a [Marcha] Pride, podes juntar-te com outras para celebrar quem és, o que queres ser, o que sonhas que o teu país pode ser. É lindo. Mais que uma celebração, é um protesto para gritar o que precisamos.

### **Porque é que a marcha é uma ameaça para o governo?**

O governo não quer que um grande número de jovens se juntem e falem sobre os seus problemas. Suprimir as marchas é dizer “Vamos oprimir-te até que te cales”. Com os protestos do parque Gezi em 2013, as minorias étnicas, religiosas, os grupos LGBTI, juntaram-se numa aliança de oposição social, o que é assustador para um governo conservador, que quer oprimir todas estas vozes. Querem manter a oposição separada e silenciada.

### **Com que medos tens de viver?**

Fomos presos várias vezes, a polícia fez uma rusga às nossas casas, acusam-nos

de estarmos ligadas a uma organização terrorista. Recebemos ameaças nas redes sociais. Podemos ter ataques físicos à nossa sede a qualquer momento. É o mesmo na Polónia, na Hungria ou noutros lugares.

### **O que está por trás da homofobia e transfobia no país?**

O povo turco não é inerentemente contra as pessoas LGBTI+. É a propaganda do governo e dos grandes meios de comunicação que cria a homofobia e transfobia generalizada. Surgem notícias e comentários horríveis, a dizer que os gays vão levar as nossas crianças, ou que causam o Covid!

### **Qual a importância da solidariedade internacional?**

Com a proibição de eventos LGBTI+ em Ankara, continuámos a fazer eventos pacíficos, pedindo solidariedade internacional, e juntámos um grupo enorme de organizações. Hoje temos ligações com quase todos os países europeus. Essa é a razão para a proibição ter sido levantada três anos depois. Sem ela, teríamos sido condenados há muito tempo.



**Özgür Gür e Melike Balkan**

© Amnesty International Turkey / Firat Doğan

A solidariedade internacional funciona, e procuramos toda a ajuda que podemos.

### O que te faz continuar?

Se não fosse ativista, não seria alvo de rasgas ou detida pela polícia. O ativismo que faço não é por mim, é pela próxima geração, e as que lhe seguem. Quando tinha 17 anos e cheguei à universidade, tinha medo. O nosso mundo e o nosso país não são fáceis de viver. Precisava de pessoas que o tornassem melhor, que estivessem lá para mim, em solidariedade. Por isso hoje procuro criar um ambiente onde pessoas mais novas se sintam bem. Vai levar longos anos até toda a retórica transfóbica e homofóbica acabar e termos proteção para as pessoas LGBTI+. Mas a minha luta ajuda. Isso dá-me o sentido da solidariedade e faz-me continuar.



**MILENA BUYUM**

## INVESTIGADORA DA AMNISTIA INTERNACIONAL PARA A TURQUIA

“As marchas do orgulho LGBTI+ cresceram imenso na Turquia até 2014, quando mais de 100 mil pessoas se juntaram em Istambul. Em 2015, tudo mudou: as marchas foram banidas, até hoje.

Desde o golpe de Estado falhado em 2016, a situação dos direitos humanos no país é cada vez mais desoladora. O direito à liberdade de expressão e de reunião está sob ataque e o uso de leis antiterroristas contra as pessoas tornou-se rotina.

A solidariedade internacional é incrível - e é crucial para as pessoas continuarem a lutar para defender seus direitos e os direitos das outras pessoas”.

### CASO DA MARATONA

## TURQUIA

### EM RISCO DE PRISÃO POR DEFENDEREM DIREITOS LGBTI+

Desde o primeiro dia que os estudantes Melike Balkan e Özgür Gür se dedicam a defender os direitos LGBTI+ na sua universidade.

Enquanto membros do Grupo de Solidariedade LGBTI+ da Universidade Técnica do Médio Oriente (METU), em Ancara, têm organizado inúmeras marchas, encontros e outros eventos, mobilizando cada vez mais pessoas contra a crescente repressão na Turquia.

Um dos eventos que organizam desde 2011 é a marcha anual pelo orgulho LGBTI+. Contudo, tudo mudou em 2019, quando a universidade não permitiu que os estudantes organizassem este evento.

Decididos a não ficar em silêncio, os membros do Grupo organizaram um protesto pacífico. Em resposta, a universidade chamou a polícia, que respondeu com força excessiva, incluindo gás lacrimogéneo, contra os estudantes. A polícia deteve pelo menos 23 estudantes - incluindo Melike e Özgür - e um académico, sendo que alguns dos detidos nem participaram no protesto. Apesar de estarem a exercer o seu direito a protestarem pacificamente, 18 estudantes e um académico enfrentam julgamento. Se foram considerados culpados, arriscam-se a uma condenação de até 3 anos de prisão.

É fundamental que todas as acusações sejam retiradas.

**Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:**

[www.amnistia.pt/caso-turquia](http://www.amnistia.pt/caso-turquia)

# Indie Lisboa

## DOUMA UNDERGROUND

### FILME VENCEDOR DO PRÉMIO AMNISTIA INTERNACIONAL

O Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa – Indielisboa onde é atribuído o Prémio Amnistia Internacional, decorreu de 25 de agosto a 5 de setembro. Na edição deste ano o júri composto pelo ator Ivo Canelas e por Sandra Dias Pereira, da direção da Amnistia Internacional Portugal, distinguiu a curta-metragem Douma Underground, de Tim Alsiofi. O Prémio, no valor de 1500€, foi patrocinado pela Fundação Serra Henriques.

Douma Underground, acompanha os civis que se escondiam nas caves dos prédios, em Douma, um subúrbio de Damasco, na Síria até que passasse o inferno provocado pelos bombardeamentos. O realizador era um desses e costumava deixar a câmara a filmar até esgotar a bateria ou até a memória do cartão estar cheia. O filme mostra uma pequena parte do grande número de horas que filmou durante os bombardeamentos. Nas palavras do júri, “A coragem de filmar debaixo destas circunstâncias e a forma objetiva, mas também poética como o realizador o faz deve ser reconhecida”, e por isso atribuiu-lhe o Prémio Amnistia Internacional.

*”Estou muito feliz por o meu filme ter vencido, mas, para mim, o verdadeiro prémio é que muitas pessoas tenham visto o filme e tenham visto a escala da criminalidade que o regime sírio e o seu aliado russo praticavam contra civis, mesmo quando estes se encontravam em abrigos”.*

*Tim Alsiofi*



### TRÊS PERGUNTAS A TIM ALSIOFI

#### NUMA CITAÇÃO SUA DIZIA: “TENEI FILMAR O QUE NÃO CONSEGUIA EXPRESSAR POR PALAVRAS”. PORQUÊ?

Por mais que tente, é muito difícil descrever aqueles momentos aterradores, o som das crianças a chorar, o som da artilharia a bombardear o abrigo, o som das bombas de barril a caírem sobre as nossas cabeças, o cheiro da pólvora misturado com o cheiro de betão a desfazer-se em resultado do bombardeamento, os incêndios e o cheiro tóxico de gás de cloro, todos estes acontecimentos decorriam em simultâneo e a câmara era a melhor opção para eu captar aqueles momentos que são difíceis de exprimir por palavras.

#### O QUE O LEVOU A FAZER ESTE FILME?

Decidi fazer este filme para que o mundo pudesse ver a criminalidade do regime sírio, que mata a vida, crianças, mulheres e tudo. Espero que este filme seja uma prova dos crimes do regime sírio em tribunais internacionais.

#### O QUE É QUE SIGNIFICA ESTE PRÉMIO?

Ganhar o Prémio Amnistia Internacional significa para mim uma grande alegria. Fiquei muito contente com o seu valor moral, que é uma das coisas maravilhosas que acrescentei ao trabalho e às conquistas da minha carreira.

# As decisões da nossa vida

Estamos numa encruzilhada. Na hora em que escrevo estas linhas faltam poucas semanas para as eleições nos Estados Unidos da América, acontecimento decisivo e que afetará o mundo inteiro. Disso temos a certeza.

Nos anos de mandato do atual ocupante da casa branca, vimos inúmeros ataques à democracia há mais tempo em vigor ininterrupto no mundo – a dos EUA. Uma democracia imperfeita em que o direito ao voto ainda hoje não é reconhecido universalmente através de contornos à constituição daquele país que impedem o voto a muitas pessoas mediante profiling político que interessa ou não a quem está no poder e define as regras. No tempo desta campanha vimos ameaças de resistência e não aceitação de resultados. Já o havíamos visto nas últimas eleições daquele país. A diferença desta vez foram os apelos à resistência armada. As forças paramilitares não são novidade no mundo. Vemo-las há demasiados anos na Venezuela por exemplo, entre outros países.

Outras formas de violência vão acontecendo também noutras geografias. Em Cabo Delgado, em Moçambique, a violência de extremistas perdura deste outubro de 2017 e o governo moçambicano tarda em assegurar a paz e a estabilidade à população, a maior vítima. E são outros os países onde a saúde da democracia registou um declínio: Brasil, Índia, Turquia, Polónia, Hungria, China, Bielorrússia, Rússia.

Ao mesmo tempo, vemos o número de novos contágios de uma pandemia que não imaginávamos viver.



## PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da  
Amnistia Internacional Portugal

---

***“O importante é nunca nos demitirmos, cada um de nós, do nosso trabalho, das nossas competências e da nossa missão pelos direitos humanos.”***

---

Os cuidados, os receios, os novos hábitos e as novas rotinas de proteção que tentamos viver e implementar. Estes constrangimentos também são reais nestes países onde, além da saúde, a instabilidade e forte restrição de direitos civis, políticos e económicos estão postos em causa.

O planeta dá ainda sinais de aviso. Não nos conseguirá sustentar e às necessidades humanas para sempre e nos desequilíbrios que lhe estamos a impor. Com a poluição, as emissões de gases poluentes, com a exploração

agrícola de monocultura intensiva que destrói habitats inteiros estamos a destruir-nos a nós mesmos, à humanidade, porque ainda que nos sintamos à parte, somos parte da natureza. Precisamos dos seus recursos para viver.

Planeta e pessoas, temos o mesmo problema: monocultura intensiva que destrói a diversidade, exploração e extração de recursos, de pessoas, pensamento único, não aceitarmos o que é diferente, não encontrarmos consensos pois o ruído extremado só permite o 8 e, do outro lado, o 80.

Falta-nos abraçar de novo a diversidade que é tão essencial à nossa sobrevivência - na natureza – que nos dá recursos e o alimento de que necessitamos, mas também nas nossas sociedades e escolhas políticas.

Este outono que começa, saibamos contemplar o tempo de pousio da terra no nosso hemisfério, saibamos deixar repousar as sementes que nos trarão de novo a diversidade, a pluralidade e o multilateralismo, o social dos nossos direitos civis e políticos, e o da biodiversidade que literalmente nos alimenta.

Vivemos um tempo em que as maiores decisões da nossa vida serão tomadas: diversidade democrática ou monoculturas intensivas até ao solo estar seco e deserto, vazio sem mais nada? Nessas decisões a humanidade vai celebrar vitórias, mas também viver retrocessos. O importante é nunca nos demitirmos, cada um de nós, do nosso trabalho, das nossas competências e da nossa missão pelos direitos humanos. É nesse trilho que chegará a primavera.

*Após os desalojamentos forçados, vários elementos da comunidade de Ilubirin abrigam-se sob uma estrutura improvisada nas margens da lagoa à beira das vedações construídas para os manter à distância da terra que ocupavam. Segundo o que disseram à Amnistia Internacional também dormiam aqui.*

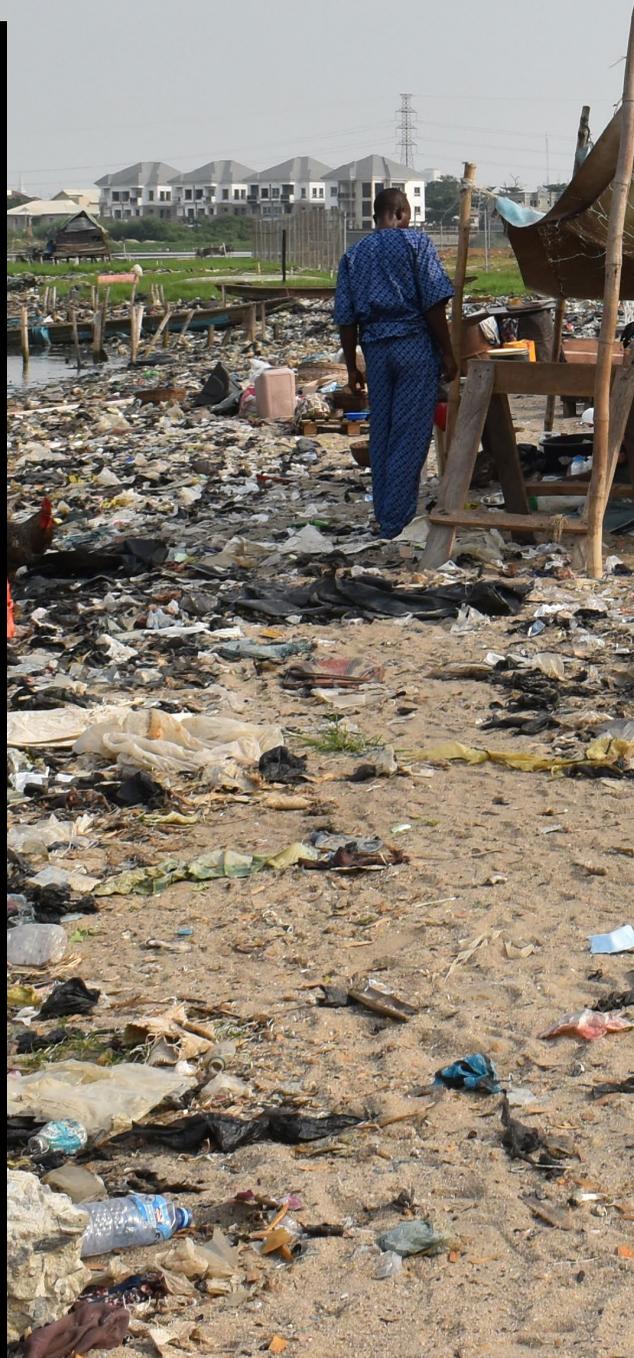
# O custo humano de uma megacidade

Entre março de 2016 a abril de 2017, as autoridades da Nigéria levaram a cabo uma campanha ilegal de demolições e desalojamentos forçados nas comunidades ribeirinhas no estado de Lagos que afetaram, entre outras, as comunidades de Otodo-Gbame e de Ilubirin. As operações violentas de desalojamentos forçados decorreram sem que tivesse havido consulta nem avisos prévios, sem acesso a compensação ou alojamento alternativo.

Os residentes destas comunidades, muitos dos quais sobreviviam graças à pesca diária de peixe, dependiam desta frente ribeirinha como a sua casa, o seu trabalho e a sua sobrevivência. Os desalojamentos forçados significaram perder tudo – o seu modo de vida, os seus haveres e em alguns casos as suas vidas. Na totalidade, quase 31 mil pessoas foram afetadas pelos desalojamentos nas duas comunidades. Dos escombros destas vidas e pelas mãos do governo, nasceram imóveis de luxo.

**As suas histórias encontram-se nestas páginas e continuam em:**

[www.amnistia.pt/outros-olhares-megacidade](http://www.amnistia.pt/outros-olhares-megacidade)







*Crianças brincam nos escombros de uma estrutura demolida em Otodo-Gbame, na área de Lekki, em Lagos.*

*Mulheres da comunidade de Otodo-Gbame preparam o peixe para defumar.*





*Mariam, ajuda a mãe a vender água e refrigerantes. Veste a farda da escola, mas já lá não vai. A escola onde andava foi uma das cinco demolidas em novembro de 2016.*





*Florence Keyimo, com o seu bebé ao colo, no local onde era a sua casa em Otodo-Gbame. O marido desta jovem mãe de três filhos está desaparecido desde o desalojamento forçado de dia 9 novembro de 2016:*

*“Naquela noite, estávamos em casa com as crianças, depois tivemos de sair dali a correr e nunca mais o vi. Liguei-lhe para o telemóvel, diz que está desligado.”*

*O marido de Florence Keyimo não é o único habitante da comunidade que desapareceu. Depois do caos daquela noite, tinham desaparecido, pelo menos mais 14 pessoas. Mais tarde a Amnistia Internacional teve acesso a uma lista de nove pessoas cujos corpos tinham sido recuperados da lagoa. Acredita-se que se teriam afogado quando fugiam dos disparos da polícia no dia 9 de novembro.*



*Parte da comunidade de Ilubirin, tendo como fundo as obras do projeto governamental para a construção de imóveis de luxo.*



*Kpose Roberts com os filhos, junto dos escombros da sua moagem de farinha e pimenta. À sua volta, o que resta do que foi a sua comunidade depois dos desalojamentos forçados e das demolições. Kpose perdeu quase todas as suas máquinas de moagem quando foi obrigado a abandonar Otodo-Gbame durante os desalojamentos forçados de abril 2017.*



## A LUTA POR UMA JUSTIÇA QUE TARDA MAS ACONTECE

ENTREVISTA

### *A violência policial e os processos penais em Angola*

*A execução sumária de rapazes pelas forças de segurança e os desalojamentos forçados são temas há muito denunciados por jornalistas como Rafael Marques Morais e debatidos amplamente pela sociedade civil angolana.*

*Perante a ameaça de uma pandemia global, o ministro do interior Eugénio César Laborinho afirmou que “a polícia não está no terreno para servir rebuçados, nem para dar chocolates”.*

*Nesta entrevista, João Malavindele fala-nos sobre o trabalho da Omunga, associação que dirige e que tem denunciado casos de violações dos direitos humanos como a morte de sete pessoas às mãos da polícia nacional pelo aparente incumprimento do uso da máscara facial. Salvador Freire Santos, advogado e presidente da associação Mãos Livres que tem procurado dar voz a estas vítimas e aos seus familiares, dá-nos um ponto de situação dos processos interpostos na justiça. Para estes dois ativistas, parceiros na luta pela defesa dos direitos humanos, a justiça pode tardar, mas acontece.*



**João Malavindele**

Diretor executivo da Omunga



### **Desde a sua criação, quais foram os momentos que mais marcaram o trabalho da Omunga?**

A Omunga surgiu em 2000 como um projeto da organização OKUTIUKA. Estávamos numa situação de guerra e a associação prestava assistência às comunidades mais vulneráveis. Com o apoio da Save the Children, o projeto Omunga trabalhou diretamente com crianças que viviam nas ruas do Lobito e, em 2005, tornou-se numa associação autónoma, dedicada à promoção e proteção dos direitos da infância e juventude em Angola.

Em 2007, conseguimos o estatuto de observador da Comissão Africana e passámos a elaborar relatórios sobre denúncias de violações dos direitos humanos, ligadas não só a crianças, mas também a temáticas como a liberdade de expressão, e questões como o direito à habitação e o direito de reunião e manifestação.

Em 2010, deu-se a eleição legislativa e enquanto os partidos políticos estavam preocupados em conseguir votos da população, as organizações estavam preocupadas com a consciencialização

das pessoas. A partir daí, decidimos que era preciso discutir o país e surgiu o nosso programa Quintas de Debate, que até hoje continua famoso. Entendemos que o processo democrático deve ter como ponto de partida as comunidades.

As pessoas precisam perceber o que é a democracia e o que são as eleições, para que não tenhamos processos eleitorais como os que aconteceram em 2008 e em 2012.

### **Os desalojamentos forçados ocupam um lugar de destaque nas vossas denúncias e em campanhas como “Não partam a minha casa”. Quais são os principais factos por trás destes desalojamentos?**

O principal motivo são interesses económicos, porque Angola é um país novo que ainda está a ser construído. A maioria das pessoas viviam no interior e com o fim da guerra passou a existir uma grande densidade populacional nas cidades maiores. Como não havia políticas concretas sobre o direito de habitação, as pessoas foram construindo e muitas dessas construções tiveram o acompanhamento das administrações públicas.

Mas, a partir de 2009, com a realização do campeonato africano de futebol (CAN), começou uma grande corrida ao setor imobiliário. Todos queriam fazer hotéis e restaurantes. E começaram as demolições.

Nesse ano, levámos à assembleia a aprovação da resolução 37 que obriga o estado angolano, em casos de demolições ou desalojamentos forçados, a criar condições para que as pessoas sejam realojadas, privilegiando o princípio do diálogo. Mas, a resolução é violada muitas vezes.

Continuamos a assistir a desalojamentos, como o recente caso das comunidades de Salinas que viram ser demolidas mais de cem casas e, também, a escola do primeiro ciclo que construíram e que tinha cerca de 600 alunos. O governo, de forma arrogante, não quer saber. Hoje, essas comunidades não têm qualquer tipo de assistência. Passam por dificuldades e dormem ao relento. Com a aproximação da época das chuvas e a situação de pandemia que vivemos, os fatores de risco tornam-se ainda mais acrescidos.



## Quais são as principais prioridades de Angola, neste momento?

O combate à corrupção, não apenas a de colarinho branco, mas principalmente aquela que está no dia-a-dia das pessoas e que está presente na sua maneira de estar é a prioridade mais importante.

O decreto que proíbe a assembleia nacional de fiscalizar o executivo, tem funcionado como uma porta aberta para a avalanche de corrupção e açambarcamento que o estado angolano tem sofrido nos últimos anos. A própria eleição do presidente da república é outro dos assuntos que até hoje não foi debatido de forma transparente, porque os cidadãos apenas têm a possibilidade de eleger deputados.

Uma revisão constitucional será prioritária para que se contemplem questões como estas e como a necessidade de termos eleições autárquicas que poderão permitir que os municípios se desenvolvam com uma maior proximidade das comunidades. No entanto, não existe vontade política para levar a cabo esta revisão porque a atual constituição é muito confortável para quem está no poder. Tudo vai depender das eleições de 2022.



## O uso excessivo de força pela polícia nacional escalou com o aparecimento da COVID-19, levando à execução sumária de sete pessoas, entre maio e julho de 2020, por não estarem a usar máscara e, mais recentemente, à morte do médico Sílvio Dala. Que avaliação faz desta situação?

Temos assistido a uma defesa por parte do estado da sua própria atuação. Como essa forma de justificação não foi bem acolhida, acabou por ser acompanhada por um pedido de desculpas.

Parece que já há um reconhecimento implícito por parte das autoridades de que o excesso de violência é uma questão real. Contudo, não deixa de haver a tentativa de passar a imagem de que são os cidadãos que não estão a cumprir o decreto com as medidas anunciadas e as próprias orientações da Organização Mundial de Saúde.

A controvérsia em torno do caso do Dr. Sílvio Dala é positiva, porque esta situação vem despertar a classe médica que até há pouco tempo não tinha uma consciência cívica aberta para se afirmar publicamente. Existe um despertar de consciências porque se

outro se falava apenas de marginais ou pessoas marginalizadas, agora estamos a falar de alguém que tinha vindo do seu trabalho, do hospital, e a quem a polícia não deu o tratamento que deveria ter dado.

Estamos num país com um estado de direito democrático e exigimos que a atuação da polícia seja feita com base na legalidade. Não podemos permitir que haja violações sistemáticas dos direitos humanos, sobretudo nesta fase da COVID. O estado de emergência ou estado de calamidade, não substituem um estado de direito democrático.

Quando foi anunciada a declaração de emergência, não era com carros blindados que a polícia devia ter saído para a rua, mas com ajuda e máscaras para as pessoas. A nossa polícia deve ser analisada, estudada e refletida. É preciso perceber se o uso excessivo de violência é uma questão de orientação política, de deficiência ao nível da formação, de alguns comportamentos individuais que existem no seio da organização ou se é uma demonstração de insatisfação em relação à atual liderança política.



## **SALVADOR FREIRE SANTOS, ADVOGADO E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÃOS LIVRES**

**A associação tem dado um apoio crucial às famílias das vítimas das sete pessoas assassinadas pelas forças de autoridade angolanas através da sua representação legal nos corredores da justiça. Qual é o ponto de situação dos processos que estão a decorrer?**

A maior parte destes indivíduos eram muito jovens, tinham ainda muito para dar.

O não uso da máscara facial não pode permitir que os agentes do estado tirem a vida às pessoas, porque é contra o ordenamento jurídico e a própria constituição angolana. Com exceção do Dr. Dala, todos têm, neste momento, processos a decorrer junto da instrução preparatória, no ministério público. Remetemos, junto das instâncias de investigação criminal, as procurações forenses que foram elaboradas pelos familiares das pessoas executadas.

Alguns processos já seguiram para tribunal como os casos de António Vulola e de Altino Afonso. Depois de analisar a investigação, o tribunal irá pronunciar-se e ditará a sequência dos julgamentos.

No caso de José Quiocama que foi morto no bairro Prenda, temos a apontar a presença de elementos da polícia nacional que têm estado a tentar influenciar alguns familiares a não recorrer a advogados para impedir que o processo chegue aos tribunais. É-lhes dito que o estado angolano vai ajudá-los e dar-lhes indemnizações, mas não é verdade. Até aqui, o estado não se disponibilizou para ajudar com as despesas funerárias de nenhuma das vítimas.

Estamos, também, preocupados com alguns processos que estão a decorrer em províncias onde há muitas debilidades. É preciso um envolvimento sério no acompanhamento ao nível local, porque muitos dos processos foram abertos, mas,

entretanto, deixaram de existir. Iremos acompanhar todos estes casos até ao julgamento para que os responsáveis sejam severamente punidos. Estamos a fazer tudo para que haja dois processos, um criminal e um cível. Queremos responsabilidade criminal para os autores dos assassinatos e responsabilidade civil para o órgão do ministério do interior e da polícia nacional, de modo a que sejam dadas indemnizações.

**Quanto tempo poderão demorar estes processos, desde a sua abertura, à investigação, julgamento e posterior indemnização?**

Os processos são muito lentos, sobretudo nesta fase do coronavírus. Apesar dos tribunais terem metade dos recursos a funcionar, não vamos desistir e temos a certeza que em dois ou três anos vamos conseguir ter um desfecho final. Queremos que estes casos se tornem um exemplo para a sociedade angolana.



© Gabriel Uchida

À LUPA

## AMAZÔNIA: *Um dos “pulmões” do planeta tem que ser protegido*

Na véspera do Dia da Amazônia, que se comemorou no passado dia 5 de setembro, a Amnistia Internacional alertou a comunidade internacional que de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foram detetados entre o mês de janeiro e o final de agosto cerca de 63 mil incêndios florestais na região, mesmo tendo em consideração que desde maio que o exército brasileiro foi destacado para conter a desflorestação ilegal e os fogos.

“À medida que os incêndios se expandem rapidamente nesta temporada de queimadas, é bastante claro que os militares brasileiros não têm o conhecimento ou a experiência necessária para impedir aqueles que incendeiam a floresta e ocupam ilegalmente terras protegidas”, nota o diretor do departamento de Crises e Meio Ambiente da Amnistia Internacional, Richard Pearshouse.

No total, 74 por cento dos fogos registados pelo INPE deflagraram a partir de meados de julho de 2020, depois de o governo brasileiro ter proibido as queimadas. Os incêndios costumam ser iniciados intencionalmente pelos chamados grileiros, que desmatam áreas florestais e ocupam terras para pastagens.

***“Os povos indígenas do Brasil e as suas terras enfrentam enormes ameaças. Em breve, a situação tornar-se-á insustentável.”***



© Gabriel Uchida

## GADO ILEGAL ALIMENTA DESTRUIÇÃO

Este alerta vai muito além dos fogos florestais, isto porque o que está em causa, para além de um ataque sem precedentes a um dos “pulmões” do planeta é a ofensiva sem travão às comunidades indígenas e ao seu modo de vida. Esta atividade ilegal apoia a indústria multimilionária de carne bovina do Brasil.

Em 2019, a Amnistia Internacional visitou cinco áreas protegidas na Amazônia brasileira: as Terras Indígenas Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau, as Reservas Naturais do Rio Ouro Preto e do Rio Jacy-Paraná (no estado de Rondônia), e a Terra Indígena Manoki (no estado de Mato Grosso). As Reservas Naturais são áreas destinadas à proteção do meio ambiente, dos modos de vida e da cultura das suas populações tradicionais, fazendo um uso sustentável dos recursos naturais. Assim como as terras indígenas, estas áreas são protegidas pela legislação brasileira e por tratados internacionais.

Nessa altura, já foi possível concluir que as apropriações ilegais de terras quase sempre estavam ligadas à criação de bovinos. Pecuaristas e grileiros (indivíduos que se apropriam ilegalmente das terras) seguem um padrão recorrente de conversão da floresta tropical em áreas de pastagem. Primeiro, identificam os lotes, depois, cortam e retiram as árvores e ateiam fogo ao local (geralmente, várias vezes). Por último, plantam erva e levam o gado.

## AMEAÇAS E INVASÕES DOCUMENTADAS

De acordo com Richard Pearshouse a situação é grave: “os povos indígenas do Brasil e as suas terras enfrentam enormes ameaças. Em breve, a situação tornar-se-á insustentável. O governo deve proteger os povos indígenas que estão a defender as suas terras ou será derramado sangue”.

Moradores indígenas e tradicionais de quatro das cinco áreas protegidas contaram à Amnistia Internacional que novas invasões costumam ser acompanhadas por violência, ameaças e atos de intimidação. Na Reserva Natural do Rio Jacy-Paraná, quase todos os habitantes originais já foram expulsos à força e têm medo de regressar. Os órgãos governamentais responsáveis por preservar as áreas protegidas também são um alvo. Um agente ambiental que trabalha próximo da Terra Uru-Eu-Wau-Wau relatou à Amnistia Internacional:

“Fomos cercados pelos invasores. Trinta e dois homens, a maioria encapuzada, chegaram a pé, por trás de nós, com garrafas de gasolina. Houve muitos gritos e ameaças, chamavam-nos ‘bandidos’”.

## COVID-19 SÓ PIOROU A SITUAÇÃO

Richard Pearshouse e Jurema Werneck, diretora executiva da Amnistia Internacional Brasil, destacam a importância do impacto da COVID-19 nas populações mais

desfavorecidas do país sul-americano, nomeadamente na Amazônia, onde falta quase tudo. Num depoimento publicado pelo Courrier International, os dois responsáveis contam: “por todo o Brasil, muitos povos indígenas entraram em isolamento voluntário, bloqueando estradas para proteger as suas aldeias da pandemia de COVID-19.

Ao telefone, uma enfermeira indígena contou-nos os motivos desta estratégia: “Expliquei [às comunidades] a importância de não saírem das aldeias. Somos mais de 400 pessoas neste território. Se uma pessoa é infetada com a COVID-19, pode contagiar todos os outros”.

No Brasil, estes receios têm uma longa história. Epidemias de doenças infecciosas atingem, regularmente, as comunidades indígenas, com impactos agravados devido aos baixos padrões dos cuidados de saúde prestados pelo governo.

“A COVID-19 e a desaceleração económica que deve ser registada levam-nos a crer que o governo precisa de fazer mais, e não menos, para proteger os povos indígenas e a Amazônia. O Brasil tem ainda de garantir que os povos indígenas podem aceder, em condições de igualdade, a cuidados de saúde e às medidas de proteção no contexto da pandemia”, concluem.



# BOAS NOTÍCIAS

© Thomas Frey / POOL / AFP



## Um julgamento histórico na Alemanha

### ALEMANHA

Em abril, decorreu o primeiro julgamento de dois ex-oficiais dos serviços de segurança do governo sírio, acusados de crimes contra a humanidade, que representa um verdadeiro marco histórico para a justiça internacional. Esta vitória não teria sido possível sem a imensa coragem e os profundos sacrifícios dos sobreviventes, familiares das vítimas e

de tantas outras pessoas e organizações que, incansavelmente, exigiram justiça. Muitas vezes colocando a própria vida em risco para o conseguirem. Num momento em que muitos sírios consideram que a cooperação da comunidade internacional lhes falhou, este julgamento renova a esperança de que alguma forma de justiça ainda é possível.



## Sentença comutada para Magai Matiop Ngong

### SUDÃO DO SUL

No dia 29 de julho, o Supremo Tribunal do Sudão do Sul retirou Magai Matiop Ngong do corredor da morte, depois de ter sido decidida a anulação da sentença à pena capital. Magai foi um dos casos da Maratona de Cartas de 2019, e o caso inspirou ativistas de todo o mundo a escrever ao presidente Salva Kiir para comutar a sentença de morte. Globalmente, mais de 765 mil pessoas juntaram-se a esta ação e só em Portugal foram reunidas 29 783 assinaturas. Cada uma delas foi enviada às respetivas autoridades.



## Kelly Gonzalez Aguilar está finalmente em liberdade!

### EUA

Kelly foi libertada no dia 14 de julho, depois de quase 3 anos num centro de detenção para imigrantes no estado do Colorado, nos EUA. O seu advogado referiu que este desfecho é o resultado direto da pressão feita pela Amnistia Internacional, uma vez que não existia qualquer outra ação em curso. A secção portuguesa foi uma das que publicou uma ação urgente em defesa de Kelly durante o mês de maio, na qual participaram centenas de pessoas. A justiça que se alcançou com a sua libertação reflete o impacto direto dessa ação.

## Um passo mais perto para a proteção dos refugiados rohingya

### MALÁSIA

Em julho, um tribunal da Malásia decidiu anular uma pena “cruel e desumana” de três açoites com vara imposta a 27 homens rohingya. Na decisão do tribunal ficou expresso que estas pessoas são refugiadas e que necessitam de proteção internacional devido à situação que se vive no estado de Rakhine, em Myanmar, o país de onde fugiram. Além disso, não podem ser devolvidas ao país originário, de acordo com o princípio de *non-refoulement*. Um pequeno passo, mas muito necessário, para a proteção dos refugiados rohingya.



©Andrew Stanbridge / Amnesty International



©DR

## Nabeel Rajab, libertado quatro anos depois

### BAHREIN

Quatro anos depois de ter sido preso pelo seu trabalho pacífico em direitos humanos, o ativista Nabeel Rajab viu finalmente ser-lhe restaurada a liberdade no passado mês de junho. Nabeel Rajab foi preso em 2016 na sequência de comentários partilhados na rede social Twitter sobre a campanha militar da coligação

liderada pela Arábia Saudita no conflito no Iémen. Este defensor de direitos humanos foi colocado atrás das grades após ter sido injustamente acusado de “espalhar falsos rumores em tempos de guerra”, “insulto a autoridades públicas” e “insulto a um país estrangeiro”.

## Ativistas anticorrupção foram libertados

### PALESTINA

O Tribunal de Ramallah ordenou a libertação sob fiança de 10 ativistas que se manifestaram pacificamente contra a corrupção na cidade de Ramallah, na Cisjordânia. Estes ativistas chegaram inclusive a fazer uma greve de fome por considerarem que a sua detenção era injusta, uma vez que apenas tinham exercido os seus direitos à liberdade de expressão e reunião pacífica. Após a sua libertação, o advogado que representou estes ativistas informou a Amnistia Internacional de que a ação da organização desempenhou um papel crucial no desfecho deste caso.



GPS

© Amnesty International and Afrewatch

## *As grandes empresas e o seu impacto sobre os direitos humanos*

Um pouco por todo o mundo as pequenas e mais desfavorecidas comunidades têm sido vítimas de graves abusos dos seus direitos humanos, em detrimento do crescimento de grandes grupos empresariais. Tem sido uma luta desigual, mas onde a justiça chega. Muito por culpa da perseverança de quem sofre esses abusos e do trabalho de diversas ONG, nas quais a Amnistia Internacional se encontra, com muitas ações no terreno e divulgação de relatórios que se revelam fundamentais para a investigação dos atos ilegais de quem os pratica.

Nestas páginas vamos recordar três desses momentos mais marcantes dos últimos tempos, começando pelo Brasil, com a desflorestação da Amazônia e a perseguição às tribos indígenas em prol da indústria bovina; o desafio lançado pela AI aos produtores de baterias de ião-lítio, que alimentam carros elétricos e aparelhos eletrónicos e que estão ligadas a abusos dos direitos humanos, incluindo trabalho infantil,

na República Democrática do Congo. E, por último, a luta pelas populações residentes no Delta do Niger contra grandes petrolíferas, com principal enfoque na Shell.

### **A CADEIA DE ABASTECIMENTO DA JBS**

Numa recente investigação, a Amnistia Internacional descobriu que gado que pastou ilegalmente em áreas protegidas na Amazônia brasileira tinha sido encontrado na cadeia de abastecimento da maior produtora de carne bovina do mundo, a JBS. A pecuária é a principal causa da ocupação ilegal de terras nos territórios indígenas e em reservas naturais da Amazônia brasileira, alimentando a desflorestação e atropelando os direitos dos povos indígenas e residentes tradicionais.

Apesar de não ter sido encontrada qualquer evidência de que a empresa está diretamente envolvida em abusos de direitos humanos, a organização pede que a JBS implemente um sistema de monitorização eficaz,

incluindo dos seus fornecedores indiretos, até ao final de 2020. O objetivo passa por garantir que nenhum animal que tenha estado ilegalmente em áreas protegidas entre na sua cadeia de abastecimento.

## AS BATERIAS E OS CARROS ELÉTRICOS

Os veículos elétricos são centrais para afastar a indústria automóvel dos combustíveis fósseis, mas atualmente não são tão éticos quanto alguns comerciantes gostariam que acreditássemos. A Amnistia Internacional documentou graves violações dos direitos humanos ligadas à extração dos minerais usados nas baterias de ião-lítio, particularmente na República Democrática do Congo (RDC). Uma investigação de 2016 descobriu crianças e adultos no sul da RDC que trabalhavam em minas de cobalto escavadas manualmente, enfrentando sérios riscos para a saúde, não eram protegidos pelo governo, nem respeitados por empresas

que lucram com o seu trabalho. A investigação da Amnistia ligou estas minas às cadeias de fornecimento de muitas das principais marcas eletrónicas e empresas de veículos elétricos mundiais. Houve alguns progressos desde 2016. Em resposta à investigação da Amnistia, várias empresas de primeira linha, incluindo a Apple, a BMW, a Daimler, a Renault e a fabricante de baterias Samsung SDI, publicaram dados sobre as suas cadeias de fornecimento.

“As empresas que negligenciam as preocupações de direitos humanos enquanto limpam as suas fontes de energia estão a colocar os seus clientes perante uma escolha falsa; as pessoas ou o planeta. Esta abordagem é gravemente errada e não proporcionará as mudanças sustentáveis de que necessitamos para salvar a humanidade da devastação climática. Estamos a solicitar aos líderes da indústria que pensem arduamente sobre o tipo de

futuro que querem construir”, assumiu o ano passado, o então secretário-geral da Amnistia Internacional, Kumi Naidoo.

## A CONTAMINAÇÃO NO DELTA DO NIGER

Em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) publicou um relatório que documentava o impacto devastador da indústria do petróleo em Ogoniland e estabeleceu recomendações urgentes para a limpeza do território. A investigação revelada no passado mês de junho destaca que as “medidas de emergência” propostas pelo PNUA não foram implementadas adequadamente e o projeto de limpeza de mil milhões de dólares, lançado pelo governo nigeriano em 2016, foi ineficaz.

“A descoberta de petróleo em Ogoniland trouxe um enorme sofrimento para o seu povo. Durante muitos anos, documentámos como a Shell não conseguiu limpar a contaminação provocada por derrames e é um escândalo que isso ainda não tenha acontecido. A poluição está a causar graves impactos nos direitos humanos – na saúde e na capacidade das pessoas em terem acesso a alimentação e água potável. A Shell não pode sair incólume. Vamos continuar a lutar, até que o último vestígio de petróleo seja removido de Ogoniland”, afirma Osai Ojigbo, da Amnistia Internacional Nigéria.

Também aqui se regista alguma evolução, ainda assim, na responsabilização das empresas causadoras dos sucessivos derrames. Isto porque devido às dificuldades de avançar com os processos na Nigéria, as pessoas e as comunidades afetadas pelas operações da Shell estão a levar os casos para os Países Baixos e para o Reino Unido, onde a empresa está sediada. Este passo poderá abrir precedentes para que, no futuro, as multinacionais poluidoras sejam responsabilizadas.



© Amnistia Internacional

# Juntos/as seremos luz que ilumina a escuridão

O ano de 2020 ficará na nossa memória como um ano particularmente difícil a todos os níveis, sanitário, económico, social e existencial. A pandemia que, desde o mês de março, virou as nossas vidas do “avesso” contribuiu para um agravamento das violações de direitos humanos, acentuando as desigualdades já existentes e os vários processos de discriminação e de estigmatização de seres humanos e de grupos mais vulneráveis. As ameaças à liberdade, o agravamento das condições sociais na saúde, no trabalho, na educação, o aumento da pobreza, são algumas das preocupações que não nos podem deixar indiferentes. Assim como o recrudescimento das fobias sociais, racismo, xenofobia, aporofobia, homofobia e outras.

Esta situação exigiu de todos, equipa executiva, órgãos sociais, estruturas operacionais, apoiantes e ativistas, resposta pronta, planeada com agilidade flexibilidade e empenho de modo a que o trabalho da Amnistia Internacional continuasse a ser a resposta que é esperada de quem tem como lema “ser luz” na escuridão. Durante o confinamento e no período que se seguiu foi necessário ajustar a nosso trabalho, implementando o reforço dos meios digitais e incidindo no ativismo digital e individual. Deixamos aqui a nossa gratidão a todas e a todos, particularmente à equipa executiva que, em condições bastante adversas, se empenhou de forma redobrada para que, nos vários âmbitos, a nossa ação em defesa dos direitos humanos fosse visível e relevante.

Realizámos a 27 de junho a nossa Assembleia Geral num modelo misto, presencial e online, onde se procedeu à aprovação dos Relatórios de Atividades e Contas. No próximo mês de outubro a direção, em conjunto com a equipa executiva, irá continuar o trabalho de planeamento para o próximo Plano Estratégico da secção, partindo da avaliação do Plano Estratégico e do Plano de Crescimento que estão a terminar. Seguiremos a orientação do movimento internacional, que, atendendo ao período de incerteza que vivemos, decidiu manter a Estratégia Global, num período de transição, até ao final de 2021.

Na preparação da Estratégia da secção portuguesa, haverá um período de consulta aos membros. Todos e todas serão convidados a dar o seu contributo para que este grande movimento que é a nossa organização possa continuar a contribuir para um mundo onde os direitos dos seres humanos sejam, de facto, concretizados.

Em conjunto, estaremos mais capazes de responder aos desafios, pois é remando na mesma direção que o barco consegue enfrentar melhor as tempestades!

Em novembro, participaremos na *Global Assembly*, sendo a nossa delegação representada pela presidente e pelo vice-presidente da direção e pelo diretor-executivo.

No final deste ano tempestuoso, em dezembro, será realizada a nossa Assembleia Geral. Aí será o momento (dando cumprimento aos estatutos) de fazer a eleição para quatro membros da direção que terminam o seu mandato, e para os membros dos órgãos sociais, Assembleia Geral e Conselho Fiscal e de Responsabilização. Acreditamos que entre os membros da Amnistia Internacional Portugal se encontram muitas pessoas que compreendem o papel importante, para o funcionamento de uma organização, da participação nestas estruturas. Sabemos da generosidade e da dedicação de todas as pessoas que constituem esta família Amnistia e, por isso, estamos confiantes nas candidaturas que possam surgir para dar continuidade ao trabalho realizado. A nossa missão ainda não está cumprida! Ela precisa de cérebros, de mãos, de corações e de vontades que, em união, se dediquem a vencer o medo e o ódio e a construir laços de fraternidade.

É esta a disponibilidade que nos caracteriza: fazer do mundo um lugar que possa ser habitado por todos e por todas, em igualdade e justiça.

Por isso, contamos com tod@s!



# Angariação de fundos

## ESTAMOS DE REGRESSO ÀS RUAS!

2020 tem sido um ano diferente.

Há uma pandemia espalhada pelo mundo, e todos, sem exceção, nos estamos a adaptar-nos a esta nova realidade!

Estivemos em casa, confinados, e as nossas equipas de F2F foram forçadas a abandonar o local onde melhor sabem fazer ativismo: nas ruas, perto de si, de nós, e de todas as pessoas a quem queremos muito continuar a falar sobre direitos humanos no mundo e em Portugal.

Foram meses de muitos minutos ao telefone, de forma a garantir que o nosso trabalho de mobilização de pessoas e de recursos não parava, e não parou!

Apesar de o fazermos à distância, continuámos a convidar novos ativistas para se juntarem a nós.

Hoje, já devidamente prevenidos e cumprindo todas as medidas de segurança que a situação atual exige, voltámos às ruas de Lisboa, Porto e

Braga. Não podemos parar e, acima de tudo, não podemos permitir que a pandemia atual nos deixe numa situação ainda mais fragilizada.

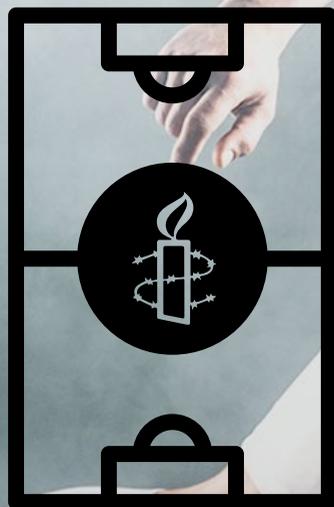
Pelo mundo todo, os direitos humanos continuam a ser brutalmente violados e, agora, com a atenção focada numa eventual vacina e em estratégias de superação face à pandemia, fica mais fácil mascarar situações de violação de direitos básicos.

Os tempos podem não ser animadores, mas todos devemos fazer parte da mudança.

Se nos vir, fale connosco. Mais do que nunca, precisamos de apoio e do seu melhor sorriso. Lutar e construir um mundo melhor será sempre uma missão partilhada, por todos. Junte-se a nós, e vamos lutar para que a justiça e a liberdade sejam uma realidade para todos e todas.

Estamos na rua, e a precisar de si!





# EU JOGO PELOS DIREITOS HUMANOS

**#EUJOGOPELOSDIREITOSHUMANOS**

[www.amnistia.pt/desporto](http://www.amnistia.pt/desporto)

**AMNISTIA  
INTERNACIONAL**

